

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS - UFGD
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CIÊNCIAS CONTÁBEIS E ECONOMIA
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

TALITA EMILLY DE AGUIAR LIMA

UMA ANÁLISE COMPARATIVA DO MERCADO DE TRABALHO E
DA ESCOLARIDADE NO CENTRO-OESTE ENTRE OS ANOS DE 2013
E 2023

DOURADOS/MS

2024

TALITA EMILLY DE AGUIAR LIMA

**UMA ANÁLISE COMPARATIVA DO MERCADO DE TRABALHO E
DA ESCOLARIDADE NO CENTRO-OESTE ENTRE OS ANOS DE 2013
E 2023**

Trabalho de Graduação II apresentado à Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Economia da Universidade Federal da Grande Dourados, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador:

Prof. Dr. Jonathan Gonçalves da Silva

Coorientadora:

Profa. Dra. Roselaine Bonfim de Almeida

Banca Examinadora:

Professor Dr. Alexandre de Souza Corrêa

Professor Dr. Leandro Vinícios Carvalho

Dourados/MS

2024

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP).

L732a Lima, Talita Emilly De Aguiar
UMA ANÁLISE COMPARATIVA DO MERCADO DE TRABALHO E DA
ESCOLARIDADE NO CENTRO-OESTE ENTRE OS ANOS DE 2013 E 2023 [recurso eletrônico]
/ Talita Emilly De Aguiar Lima. -- 2024.
Arquivo em formato pdf.

Orientador: Jonathan Gonçalves da Silva.
Coorientadora: Roselaine Bonfim de Almeida.
TCC (Graduação em Ciências Econômicas)-Universidade Federal da Grande Dourados, 2024.
Disponível no Repositório Institucional da UFGD em:
<https://portal.ufgd.edu.br/setor/biblioteca/repositorio>

1. Mercado de trabalho. 2. Escolaridade. 3. Centro-Oeste. I. Silva, Jonathan Gonçalves Da. II.
Almeida, Roselaine Bonfim De. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por me conceder forças, sabedoria e paciência em todos os momentos dessa jornada. Sem Sua orientação divina, nada seria possível.

À minha família, pelo amor incondicional, apoio constante e compreensão. Cada um de vocês esteve ao meu lado, oferecendo suporte emocional e me mantendo de pé, tornando este caminho mais leve e prazeroso.

Ao meu namorado, Bruno Nascimento Chagas Arantes, por ser meu companheiro incansável, sempre me incentivando e acreditando no meu potencial. Sua paciência e apoio foram fundamentais para que eu chegasse até aqui. Obrigada por acreditar em mim mais vezes que eu mesma.

À minha professora e coorientadora, Roselaine Bonfim de Almeida, por todo auxílio e dedicação, até mesmo em momentos em que deveria estar descansando. Sem o seu apoio, finalizar este trabalho não seria possível, obrigada.

Ao meu orientador Jonathan Gonçalves da Silva por toda atenção e paciência ao longo dessa jornada.

RESUMO

A melhoria no nível e na qualidade da educação é fundamental para o desenvolvimento do país e tem um papel fundamental para a conquista de bons empregos, melhores salários e menores chances de desemprego. Compreendendo a importância da escolaridade, este trabalho busca situar a relação entre os indicadores dos níveis de instrução e do mercado de trabalho da população jovem adulta (15 a 24 anos) da região Centro-Oeste. Para isso foi utilizado os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) do primeiro trimestre de 2013 e do primeiro trimestre de 2023, tendo como variáveis: gênero, cor/raça, local de residência, anos de estudo, ocupação, contribuição previdenciária, jornada de trabalho, entre outras. Durante a análise descritiva dos dados, observou-se avanços das mulheres em alcançar e consolidar níveis mais elevados de escolaridade, além da diminuição do analfabetismo em ambos os sexos, porém a desigualdade ainda persiste, especialmente entre os negros e pardos, que ainda apresentam taxas ligeiramente mais altas de analfabetismo comparadas aos brancos. Comparando os dados de 2013 e 2023, foi observado uma evolução geral nos níveis de escolaridade, com uma maior concentração de pessoas alcançando o ensino médio completo e superior. Apesar de ainda existirem desigualdades, em destaque entre as populações indígenas e negras, o que pode apontar para uma evolução nas oportunidades educacionais ao longo dos anos. Percebeu-se que em 2023 a distribuição de pessoas com dois e três ou mais trabalhos foi mais expressiva do que em 2013, refletindo uma possível necessidade maior de complementar a renda ou a presença de atividades informais. Por fim, foi observado que a escolaridade continua a influenciar significativamente as condições de trabalho, com níveis mais altos de estudo associados a jornadas mais equilibradas e oportunidades em empregos formalizados, enquanto aqueles com menor escolaridade estão mais suscetíveis a condições de trabalho mais exigentes ou à exclusão do mercado.

Palavras-chave: Mercado de trabalho; Escolaridade; Centro-Oeste.

ABSTRACT

Improving the level and quality of education is essential for a country's development and plays a key role in securing better jobs, higher wages, and lower unemployment rates. Understanding the importance of education, this study examines the relationship between educational indicators and labor market outcomes for young adults (ages 15 to 24) in Brazil's Centro-Oeste region. Using data from the Continuous National Household Sample Survey (PNADC) from the first quarter of 2013 and 2023, the study analyzes variables such as gender, race/color, residence area, years of schooling, occupation, social security contributions, and work hours. Descriptive analysis reveals notable progress among women in achieving higher levels of education and a reduction in illiteracy rates for both genders. However, disparities persist, particularly among Black and Mixed-race populations, who continue to have slightly higher illiteracy rates compared to White individuals. A comparison of 2013 and 2023 data shows overall improvements in educational attainment, with more individuals completing secondary and higher education. Despite ongoing inequalities, particularly among Indigenous and Black populations, there is evidence of progress in educational opportunities. Furthermore, in 2023, there was a notable increase in individuals holding two or more jobs compared to 2013, suggesting a greater need for supplementary income or engagement in informal work. The analysis concludes that education continues to significantly influence work conditions, with higher educational levels linked to more balanced work hours and formal job opportunities, while those with lower education are more likely to face demanding work conditions or exclusion from the labor market.

Keywords: Labor Market; Education; Centro-Oeste.

LISTA DE ABREVIATURAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OIT – Organização Internacional do Trabalho

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNADC – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

TCH – Teoria do Capital Humano

PME – Pesquisa Mensal de Emprego

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Comparação do nível de instrução da população de 15 a 24 anos por sexo, Centro-Oeste (2013 e 2023)	18
Figura 2 – Comparativo entre as etapas de escolaridade da população jovem adulta da região Centro-Oeste	20
Figura 3 – Distribuição do nível de instrução por cor/raça em 2013	23
Figura 4 – Distribuição do nível de instrução por cor/raça em 2023	24
Figura 5 – Distribuição dos anos de estudo por cor/raça (2013)	25
Figura 6 – Distribuição dos anos de estudo por cor/raça (2023)	26
Figura 7 – Comparativo dos anos de estudo por local de residência (2013 e 2023)	29
Figura 8 – Distribuição de faixas de horas trabalhadas por ano de estudo (2013)	42
Figura 9 – Distribuição de faixas de horas trabalhadas por ano de estudo (2023)	44

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Taxa de Alfabetização por sexo da população de 15 a 24 anos da região Centro-Oeste (2013-2023)	16
Tabela 2 – Comparação do nível de instrução da população de 15 a 24 anos por sexo, Centro-Oeste (2013 e 2023)	17
Tabela 3 – Distribuição dos Anos de Estudo da População Jovem Adulta do Centro-Oeste, por Sexo, nos Anos de 2013 e 2023	19
Tabela 4 – Taxa de alfabetização da população jovem adulta (15 a 24 anos) do Centro-Oeste, por cor/raça, 2013 e 2023	21
Tabela 5 – Distribuição do nível de instrução por raça/cor (2013)	22
Tabela 6 – Distribuição do nível de instrução por raça/cor (2023)	22
Tabela 7 – Taxa de alfabetização por local de residência (2013 e 2023)	27
Tabela 8 – Níveis de instrução por local de residência (2013)	27
Tabela 9 – Níveis de instrução por local de residência (2023)	28
Tabela 10 – Comparativo dos anos de estudo por local de residência (2013 e 2023)	29
Tabela 11 – Relação entre os anos de estudo e as pessoas ocupadas e desocupadas (2013 e 2023)	30
Tabela 12 – Anos de Estudo e Quantidade de Trabalhos das pessoas de 15 a 24 anos da região Centro-Oeste (2013)	31
Tabela 13 – Anos de Estudo e Quantidade de Trabalhos das pessoas de 15 a 24 anos da região Centro-Oeste (2013)	34
Tabela 14 – Comparação Percentual dos Anos de Estudo para 2013 e 2023	37
Tabela 15 – Distribuição dos anos de estudo entre as categorias de ocupação (2013 e 2023) .	38
Tabela 16 – Relação entre a contribuição previdenciária e os anos de estudo (2013 e 2023) ..	41

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	OBJETIVOS	11
1.2	ESTRUTURA DO TRABALHO	12
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	12
2.1	REVISÃO DE LITERATURA	13
3	METODOLOGIA	15
3.1	DEFINIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	15
3.2	TÉCNICAS DE ANÁLISE E COLETA DE DADOS	16
4	RESULTADOS.....	17
4.1	ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS SOBRE ESCOLARIDADE NA REGIÃO CENTRO-OESTE	17
4.1.1	PERFIL DE ESCOLARIDADE POR SEXO	17
4.1.2	PERFIL DE ESCOLARIDADE POR COR/RAÇA	22
4.1.3	PERFIL DE ESCOLARIDADE POR LOCAL DE RESIDÊNCIA	27
4.2	ANÁLISE DESCRITIVA DOS DADOS SOBRE MERCADO DE TRABALHO E ESCOLARIDADE	31
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	48

1 INTRODUÇÃO

A população jovem adulta brasileira, compreendida como a faixa etária entre 15 e 29 anos, desempenha um papel crucial no desenvolvimento socioeconômico do país. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2023), a população idosa superou o número de adolescentes e jovens adultos de 15 a 24 anos. Estes dados têm como base o ano de 2023 e mostram que o total de pessoas com mais de 60 anos corresponde a 15,6% da população, enquanto a faixa etária jovem adulta representa 14,8% dos brasileiros.

Essa mudança demográfica tem implicações econômicas, pois uma quantidade significativa da população que poderia estar economicamente ativa está se tornando a cada dia uma parcela menor, e além disso, está enfrentando desafios que afetam seu potencial de contribuição para a sociedade como a dificuldade para encontrar oportunidades que correspondam às suas qualificações e o paradoxo de precisar de experiência para conseguir um emprego, mas não terem a oportunidade de adquiri-la. (Folger, 2016)

Em 2023, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), a taxa de desocupação entre brasileiros com idade entre 18 e 24 anos era de 18%, o que representava mais de duas vezes superior à média nacional, que estava em 8,7% no terceiro trimestre de 2023. Esse cenário não apenas compromete a estabilidade econômica desses indivíduos, como também levanta questões sobre a capacidade do país de aproveitar plenamente o potencial de sua força de trabalho jovem.

Em 2023, de acordo com a PNAD Contínua do IBGE, no grupo etário de 14 a 29 anos havia 9 milhões de indivíduos que não completaram o ensino médio, seja por terem abandonado a escola antes de concluir esta etapa ou por nunca terem frequentado. Os maiores índices de abandono foram observados nas faixas etárias a partir dos 16 anos, com 16,0% de abandono aos 16 anos e 21,1% aos 18 anos, sendo esta última a faixa etária que apresentou o maior aumento em relação a 2019, com um incremento de 5,4 pontos percentuais.

Segundo o relatório "Tendências Globais de Emprego Juvenil 2024", da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2024), está sendo presenciado o fenômeno dos jovens "nem-nem", que são os jovens que não estão trabalhando, nem estudando, e também não estão à procura de emprego. No Brasil, até 2023, 20,6% dos brasileiros entre 15 e 24 anos se encaixavam nessa categoria de acordo com este relatório.

Por outro lado, muitos jovens buscam emprego por necessidade de subsistência, enquanto outros buscam independência financeira, sendo que em muitos casos o trabalho se torna incompatível com a frequência escolar, levando a uma escolha em favor do emprego em

detrimento dos estudos. De acordo com Leme e Wajnman (2000), a escolaridade pode ser entendida como um resultado das decisões das famílias sobre a alocação do tempo de seus membros mais jovens. As decisões sobre estudar e/ou trabalhar tornam-se cruciais à medida que os jovens atingem idades adequadas para atividades econômicas.

Dessa forma, os jovens enfrentam o dilema de optar entre trabalho e estudo ou encontrar uma maneira de equilibrar ambos. Como o trabalho se torna uma alternativa bastante atraente para aqueles entre 15 e 24 anos, como resultado muitos só completam o ensino fundamental. Cerca de 18,3% dos jovens de 14 a 29 anos em 2022 não concluíram o ensino médio, seja por abandono ou por nunca terem frequentado a escola (IBGE, 2022).

A educação possui um potencial transformador significativo, impactando tanto a esfera individual quanto a coletiva. No aspecto individual, a educação contribui para o crescimento econômico ao aumentar a produtividade do trabalho, tornando-se um fator essencial para países que desejam elevar a qualidade de vida de seus cidadãos. Assim, a educação se estabelece como um elemento crucial para o progresso das nações que almejam melhorias no bem-estar geral da população (Freitas, 2016).

Neste contexto, pesquisas que analisam a escolaridade e o mercado de trabalho para os adolescentes e jovens adultos se tornam cada vez mais relevantes. Nesse sentido, a importância desse estudo reside na análise de uma população que pode contribuir para o futuro socioeconômico do Brasil, mas com foco na região Centro-Oeste. A faixa etária dos 15 aos 24 anos representa uma parte relevante do potencial de força de trabalho do país, e entender as condições de escolaridade e mercado de trabalho dessa população ao longo de uma década permite compreender se ocorreram mudanças durante este período (2013 e 2023).

Ao compreender os avanços e as persistentes desigualdades entre esses jovens no Brasil, este trabalho contribui para o debate sobre as oportunidades educacionais e a inserção no mercado de trabalho. Além disso, a análise das tendências e desigualdades permite um olhar mais detalhado sobre a relação entre escolaridade e empregabilidade, fundamentais para o desenvolvimento de estratégias que promovam maior equidade e inclusão no Brasil.

1.1 OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho é realizar uma análise comparativa dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) referente ao primeiro trimestre de 2013 e 2023, com foco na escolaridade e no mercado de trabalho da faixa etária dos jovens adultos de 15 a 24 anos da região Centro-Oeste.

Especificamente pretende-se:

- Analisar os indicadores de escolaridade e mercado de trabalho para a população jovem adulta do Centro-Oeste no primeiro trimestre de 2013 e comparar com o primeiro trimestre de 2023.
- Verificar se houve uma melhora nos indicadores de escolaridade e mercado de trabalho para o Centro-Oeste no período analisado.

1.2 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho está dividido em cinco seções. Na primeira seção (introdução) são apresentadas informações gerais sobre o tema em questão, o problema e sua importância e os objetivos. Na segunda seção destaca-se a revisão bibliográfica. A terceira seção apresenta a metodologia do trabalho. A quarta seção apresenta os resultados da pesquisa e, por fim, a quinta seção apresenta as considerações finais.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Um dos debates centrais na teoria econômica do crescimento é a capacidade do investimento em capital humano não apenas de promover o crescimento econômico, mas também de elevar a renda individual e, conseqüentemente, melhorar os indicadores de qualidade de vida da população. Dentro desse debate, a importância da educação e sua contribuição para o desempenho dos trabalhadores no mercado de trabalho se destacam. Frigotto (1993) afirma que a educação é definida pelos critérios de mercado, com o objetivo de avaliar a contribuição do "capital humano", resultante dos investimentos realizados, para a produção econômica.

A Teoria do Capital Humano (TCH) emergiu na década de 1950 entre economistas norte-americanos, exercendo uma influência significativa sobre as concepções educacionais. Segundo essa teoria, a educação passou a desempenhar um papel significativo no desenvolvimento econômico. Ela defende que investir em "capital humano" deve ser priorizado em relação a investimentos em recursos físicos para alcançar uma maior renda nacional. Assim, a teoria estabelece uma relação entre o crescimento econômico e o aumento da renda com o nível de escolarização. (SCHULTZ apud FURTADO, 2003, p. 106)

A fórmula de Solow com capital humano é uma ampliação do modelo de crescimento de Solow, um modelo econômico clássico que explica o crescimento econômico de longo prazo a partir de três componentes principais: capital físico, trabalho e tecnologia. A inclusão do capital humano reflete a importância das habilidades, conhecimentos e qualificações da força

de trabalho no processo produtivo. O modelo de crescimento econômico de Mankiw et al. (1992) é fundamentado nas ideias de Lucas (1988) e Romer (1990), ampliando a função de produção neoclássica ao incluir o capital humano como um fator essencial na produção econômica. Dessa forma, o produto agregado da economia pode ser expresso da seguinte maneira:

$$Y = AK^{\alpha}H^{\beta}L^{1-\alpha-\beta}$$

Elementos principais, segundo Mankiw (1992):

- Capital físico (K): Refere-se a bens tangíveis como máquinas, equipamentos e infraestrutura, que são usados para produzir bens e serviços.
- Capital humano (H): Representa o nível de educação, experiência, saúde e outras habilidades que aumentam a produtividade dos trabalhadores.
- Força de trabalho (L): O número de trabalhadores ou horas de trabalho disponíveis na economia.
- Produtividade total dos fatores (A): Captura os efeitos da tecnologia e da eficiência com que os fatores são utilizados.
- Elasticidades (α e β): Mostram a contribuição relativa de K e H no produto total (Y).

Schultz (1973) foi um dos pioneiros em conceber a educação como um investimento. Seus estudos, que começaram na década de 1960, resultaram na formulação da Teoria do Capital Humano, pela qual recebeu o Prêmio Nobel em 1979. A teoria foi desenvolvida para explicar como a produtividade na produção é impactada pelos ganhos proporcionados pelo fator humano.

De acordo com Langoni (1974), a educação desempenha um papel fundamental no desenvolvimento econômico dos países, pois o aumento do nível educacional médio da população não só contribui para o crescimento da renda *per capita*, mas também promove uma distribuição mais equitativa da renda nacional.

2.1. REVISÃO DE LITERATURA

A revisão de literatura consiste na análise e sistematização das principais obras e estudos relacionados ao tema em questão, permitindo identificar avanços, lacunas e abordagens metodológicas predominantes na área. O levantamento bibliográfico é a primeira etapa de um

mapeamento e que tem por finalidade levantar todas as referências encontradas sobre um determinado tema (Cervo; Bervian, 2002). No contexto deste trabalho, foram examinados artigos e estudos acadêmicos que exploram a relação entre escolaridade e mercado de trabalho.

Blanchflower e Freeman (2000) demonstraram em sua pesquisa que o sucesso na transição da escola para o mercado de trabalho nos países industrializados está fortemente associado ao nível de escolaridade dos jovens. Geralmente, a taxa de desemprego é mais alta entre aqueles com menor nível educacional. Em muitos dos países analisados, um terço dos jovens com menor escolaridade estava desempregado um ano após a conclusão dos estudos.

Soares e Gonzaga (1999) exploraram os efeitos da educação na determinação dos salários, destacando a importância do capital humano ao evidenciar como diferentes níveis de instrução e qualificação influenciam os diferenciais salariais. Os resultados apresentados pelos autores indicam que o grau de instrução (educação) é um fator fundamental para o acesso a melhores empregos e remunerações.

Neto e Ramos (2013), em sua pesquisa, buscaram analisar o papel da educação na determinação da renda dos indivíduos, usando como ilustração dados do Estado de Goiás e do Distrito Federal. A amostra foi selecionada a partir da PNAD, do ano de 2009, e com os dados foram estimados os retornos à renda baseados na equação minceriana dos salários. Os resultados obtidos indicaram que, em ambas as Unidades da Federação, o impacto da educação na renda aumenta com o nível de escolarização, e prevalece sobre as outras variáveis incluídas no modelo.

Silva (2001), em sua pesquisa, procurou avaliar a realidade dos jovens no mercado de trabalho, analisando os microdados da PNAD de 1998. Os achados indicaram que a escolaridade e a idade do chefe da família, o número de integrantes da família com 8 anos ou mais de estudo e a renda familiar foram os fatores mais relevantes na decisão dos jovens em continuar estudando, independentemente de estarem empregados ou não. Por outro lado, o aumento da idade do jovem e a presença de um maior número de crianças no núcleo familiar favoreceram o crescimento da probabilidade de os jovens ingressarem no mercado de trabalho. Além disso, foram identificados indícios significativos de discriminação racial contra pessoas negras, já que foram observadas maiores probabilidades de desemprego para indivíduos autodeclarados negros em comparação aos brancos e pardos, mantendo-se as demais variáveis constantes.

Rapini, Antigo e Esperidião (2022), em seu artigo, procuraram apresentar evidências de que o aumento da escolaridade no Brasil não tem representado ganhos de aprendizado, porque os anos de estudos não tem se traduzido no desenvolvimento de habilidades individuais

relevantes para o mercado de trabalho. Foram utilizados dados da PNAD Contínua (PNADC) do IBGE para o período de 2012 a 2019 como uma *proxy* da oferta de mão-de-obra qualificada. Os resultados indicaram que a maior escolaridade e qualificação profissional contribuem para a inserção do indivíduo em setores de maior intensidade tecnológica, o que favorece a continuidade do processo de aprendizado, porém também foi evidenciado o aumento da probabilidade de inserção de indivíduos em setores de menor intensidade tecnológica, para qualquer nível de escolaridade, após 2015.

Assim, este presente trabalho busca contribuir com as pesquisas mencionadas acima, a fim de analisar como as questões relacionadas a escolaridade dos jovens e sua influência no mercado de trabalho se manifestam na região Centro-Oeste, utilizando os dados da PNAD Contínua para explorar as disparidades e os avanços educacionais e no mercado de trabalho, contribuindo para um entendimento mais específico e regionalizado das dinâmicas nacionais.

3 METODOLOGIA

Este trabalho tem como objetivo analisar a estreita relação entre a escolaridade e o mercado de trabalho da população de 15 a 24 anos da região Centro-Oeste nos anos 2013 e 2023. Esta seção apresenta a metodologia utilizada na pesquisa. Primeiramente será apresentada a área de estudo e, por último, a técnica de coleta e análise dos dados.

3.1 DEFINIÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO

A área geográfica a que o estudo se refere é a região Centro-Oeste, que é composta pelos estados de Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e pelo Distrito Federal. O Centro-Oeste é a segunda maior região brasileira em termos de extensão territorial, com 1.606.403,505 km^2 . Sua população é estimada em 16.289.538 habitantes, e com densidade demográfica aproximada de 10 hab/ km^2 segundo o levantamento realizado pelo (IBGE, 2022). A região representa 18,9% do território nacional, mas abriga apenas 7,9% da população, segundo o Censo Demográfico 2022. Isso reflete a predominância de áreas rurais e o foco no agronegócio.

O Distrito Federal é o menor território do Centro-Oeste, com uma área de apenas 5.760,8 km^2 , representando 0,4% da área total da região. No entanto, é o local mais densamente povoado, com 507,5 pessoas por quilômetro quadrado, devido à alta urbanização concentrada em Brasília, capital do país. Com 2.923.369 habitantes, o Distrito Federal responde por 17,7% da população regional. Seu crescimento populacional, de 13,7% entre 2010 e 2022, reflete a

atração de novos moradores devido às oportunidades no setor público e à qualidade da infraestrutura urbana (IBGE 2022).

O estado de Goiás abrange uma área de 340.242,9 km², ou 21,2% da extensão territorial do Centro-Oeste. Possui uma densidade populacional de 20,4 pessoas por quilômetro quadrado, demonstrando um equilíbrio relativo entre área e ocupação. Goiás é o estado mais populoso da região, com 6.950.976 habitantes (42,1% da população total). Seu crescimento populacional, de 15,8% entre 2010 e 2022, reflete a expansão de setores como agroindústria, serviços e comércio, com destaque para polos urbanos como Goiânia e Aparecida de Goiânia, que têm se desenvolvido como centros econômicos regionais (IBGE, 2022).

Mato Grosso do Sul ocupa 357.142,1 km², o equivalente a 22,2% da área do Centro-Oeste, mas possui uma baixa densidade populacional de 7,9 pessoas por quilômetro quadrado, em função de sua economia predominantemente rural e de grandes áreas de conservação ambiental. O estado possui uma população de 2.833.742 habitantes, representando 17,2% do total da região. Entre 2010 e 2022 registrou um crescimento populacional de 15,7%, impulsionado pela expansão do agronegócio e pela localização estratégica que facilita o comércio internacional no contexto do Mercosul (IBGE, 2022).

Por sua vez, Mato Grosso é o maior estado do Centro-Oeste e o terceiro maior do Brasil, com uma área de 903.208,4 km², equivalente a 56,2% do território da região. Apesar disso, apresenta a menor densidade demográfica, com apenas 4,2 pessoas por quilômetro quadrado, devido à vasta extensão de áreas preservadas e baixa ocupação urbana. Com uma população de 3.784.239 habitantes (22,9% do total), destaca-se pelo crescimento populacional de 24,7% entre 2010 e 2022, o maior da região. Este aumento é diretamente associado ao fortalecimento do agronegócio, que impulsionou a migração e o surgimento de novos centros econômicos, consolidando o estado como um dos principais produtores agrícolas do país. (IBGE, 2022)

3.2 TÉCNICAS DE ANÁLISE E COLETA DE DADOS

Para a elaboração deste trabalho foram utilizados os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC) de 2013 e 2023, divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Iniciada em 1967, a PNAD tem sido uma ferramenta essencial para obter informações sobre características da população, como trabalho, escolaridade, rendimento e condições de habitação. Em determinados anos, a pesquisa inclui suplementos que abordam temas como trabalho infantil, segurança alimentar e acesso a serviços de saúde. (SOUZA, 2012)

A PNAD é considerada uma pesquisa autodeclarada, pois os respondentes respondem às perguntas do entrevistador de forma independente. Segundo o IBGE, conta com mais de 300 mil indivíduos entrevistados em cada edição, a pesquisa possui importante credibilidade nas análises estatísticas devido ao seu extenso tamanho amostral.

Em 2012 foi implantada a PNADC, substituindo a PME (Pesquisa Mensal de Emprego), que foi totalmente descontinuada em 2016, pois ela é uma pesquisa muito mais abrangente, a metodologia anterior analisava somente as regiões metropolitanas: Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo (Bacciotti; Marçal, 2020).

O objetivo principal da PNADC é:

[...] acompanhar as flutuações trimestrais e a evolução, no curto, médio e longo prazos, da força de trabalho, e outras informações necessárias para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País. Para atender a tais objetivos, a pesquisa foi planejada para produzir indicadores trimestrais sobre a força de trabalho e indicadores anuais sobre temas suplementares permanentes (como trabalho e outras formas de trabalho, cuidados de pessoas e afazeres domésticos, tecnologia da informação e da comunicação etc.), investigados em um trimestre específico ou aplicados em uma parte da amostra a cada trimestre e acumulados para gerar resultados anuais, sendo produzidos, também, com periodicidade variável, indicadores sobre outros temas suplementares (IBGE, 2018, p.6).

Para esta pesquisa, serão analisadas as seguintes variáveis: idade; gênero; cor/raça; local de residência; nível de instrução mais elevado alcançado, anos de escolaridade; saber ler e escrever; ocupação; vínculo empregatício formal; contribuição previdenciária e faixa das horas trabalhadas.

Para a análise dos dados será realizada uma análise descritiva dos jovens adultos, entre 15 e 24 anos, no Centro-Oeste, nos anos de 2013 e 2023. Essa análise busca compreender as principais mudanças e permanências nos indicadores de escolaridade e mercado de trabalho entre os jovens adultos da região. A disposição da análise e os seus resultados serão apresentados no próximo capítulo, onde serão discutidos em maior detalhe, destacando as implicações dessas tendências para a inserção dos jovens no mercado de trabalho e sua relação com os avanços educacionais.

4. RESULTADOS

Para alcançar os objetivos deste trabalho a análise descritiva dos resultados foi dividida em duas partes, conforme disposto abaixo.

Divisão da Análise

	- Cor ou raça
Parte 1: Perfil de Escolaridade	- Sexo
	- Local de residência (urbano/rural)
	- Ocupação
Parte 2: Escolaridade e Mercado de Trabalho	- Vínculo empregatício formal;
	- Contribuição previdenciária
	- Faixa das horas trabalhadas.

A primeira apresenta a análise dos dados relacionados ao perfil de escolaridade da população, considerando as variáveis de cor ou raça, sexo e local de residência. A segunda parte apresenta a análise descritiva dos dados relacionados a escolaridade e ao mercado de trabalho.

4.1. Análise descritiva dos dados sobre escolaridade na região Centro-Oeste

Para que haja melhor percepção a respeito do perfil de escolaridade da população jovem adulta do Centro-Oeste, a seguir apresentam-se informações que quantificam a distribuição das características desses, de acordo com os dados coletados pela PNADC 2013 e 2023. Essas informações estão divididas em três subseções. A primeira apresenta as características da escolaridade em relação ao gênero. A segunda apresenta o perfil de instrução relacionados a cor ou raça, conforme as classificações da PNAD Contínua. Na última parte da análise, investigamos a distribuição da escolaridade da população jovem adulta do Centro-Oeste em função do local de residência, com foco nas diferenças entre áreas urbanas e rurais.

4.1.1. Perfil de escolaridade por sexo

Sendo a população jovem adulta do Centro-Oeste a variável central deste trabalho, ao se analisar a sua escolaridade se faz necessário buscar identificar a existência de disparidades nos níveis de instrução entre homens e mulheres, e se houve possíveis mudanças nos dois períodos de análise (2013 e 2023). A Tabela 1 apresenta a taxa de alfabetização por sexo da população de 15 a 24 anos da região Centro-Oeste.

Tabela 1 – Quantidade e Taxa Percentual de Alfabetização por sexo da população de 15 a 24 anos da região Centro-Oeste (2013-2023)

Ano	Sexo	Sabe Ler e Escrever (Sim)	Sabe Ler e Escrever (Não)	Total
2013	Homens	1.277.755,4 (99,01)	12.748,4 (0,99)	1.290.504
2013	Mulheres	1.293.347 (99,47)	6.869,1 (0,53)	1.300.215,7
2023	Homens	1.342.008 (99,59)	5.568,2 (0,41)	1.347.577

2023	Mulheres	1.239.562 (99,81)	2.380,8 (0,19)	1.241.943
-------------	-----------------	-------------------	----------------	-----------

Fonte: Elaborado pela autora, com bases nos dados da PNADC 2013 e 2023.

Analisando a Tabela 1 pode-se observar que houve uma evolução na alfabetização da população jovem adulta do centro-oeste, melhorias tanto para homens quanto para mulheres entre os anos de 2013 e 2023. Em 2013, 99,01% dos homens sabiam ler e escrever, enquanto 0,99% eram analfabetos. Já em 2023, esses números evoluíram para 99,59% de alfabetizados e apenas 0,41% de analfabetos. Em relação as mulheres, a taxa de alfabetização também apresentaram progresso, subindo de 99,47% em 2013 para 99,81% em 2023, enquanto a taxa de analfabetismo caiu de 0,53% para 0,19%.

Comparando os dados, observa-se que as mulheres continuam apresentando índices de alfabetização ligeiramente superiores aos dos homens, mantendo a tendência observada já em 2013. Porém, a diferença de gênero diminuiu ao longo dos 10 anos analisados, demonstrando avanços para ambos os sexos.

Complementando a informação acima, foi analisado o nível de instrução de homens e mulheres da amostra entre 2013 e 2023. Os dados estão dispostos na Tabela 2.

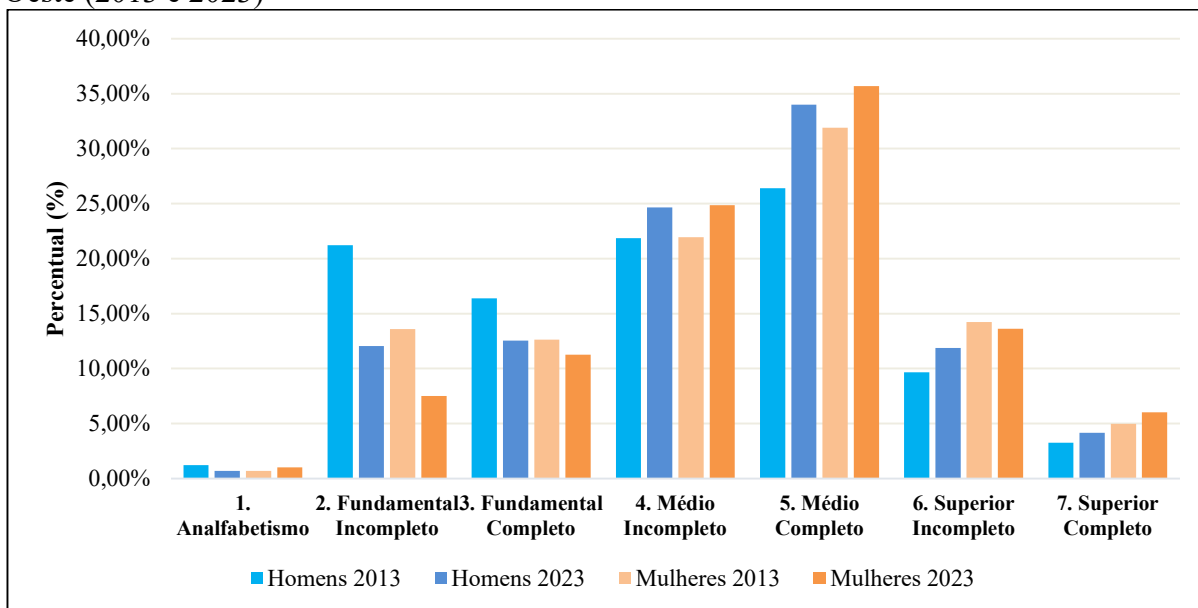
Tabela 2 – Comparação do nível de instrução da população de 15 a 24 anos por sexo, Centro-Oeste (2013 e 2023) (em %).

Nível de Instrução	Homens 2013 (%)	Homens 2023 (%)	Mulheres 2013 (%)	Mulheres 2023 (%)
1. Analfabetismo	1,23	0,71	0,69	1,02
2.Fundamental Incompleto	21,21	12,04	13,59	7,52
3.Fundamental Completo	16,39	12,55	12,63	11,25
4.Médio Incompleto	21,85	24,67	21,96	24,85
5. Médio Completo	26,41	34,00	31,92	35,70
6.Superior Incompleto	9,65	11,89	14,24	13,62
7.Superior Completo	3,26	4,15	4,97	6,03

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da PNADC 2013 e 2023.

Para auxiliar na visualização dos dados dispostos na tabela 2, foi elaborada a figura 1, que apresenta de forma visual as proporções de jovens alfabetizados e não alfabetizados, segmentados por sexo nos anos de 2013 e 2023. Essa representação gráfica permite identificar visualmente as tendências ou discrepâncias, destacando, por exemplo, o aumento da alfabetização em ambos os sexos ao longo do período analisado.

Figura 1 – Comparação do nível de instrução da população de 15 a 24 anos por sexo, Centro-Oeste (2013 e 2023)



Fonte: Elaborado pela autora, com bases nos dados da PNADC 2013 e 2023.

Observando a Tabela 1 e a Figura 1 é possível analisar que no período de 2013 a 2023, em relação aos homens, houve uma redução nos níveis mais baixos de instrução: o percentual de homens no nível 1 (analfabetismo) caiu de 1,23% em 2013 para 0,71% em 2023, o que demonstra avanços na alfabetização e no acesso básico à educação.

Ocorreu também um aumento no nível 5 (Ensino Médio completo), no qual o percentual de homens com Ensino Médio completo subiu de 26,41% para 34,00%, o que sugere uma maior valorização dessa etapa como base educacional. No nível superior completo (nível 7) houve um ligeiro crescimento 3,26% para 4,15% no nível mais alto de instrução, o que pode indicar que o acesso à educação superior está avançando, ainda que de maneira comedida. Entre o período observado os homens tiveram maior crescimento no percentual do Ensino Médio, do que em relação as mulheres.

Em relação as mulheres, neste mesmo período, observam-se que houve uma maior redução nos níveis iniciais de instrução no qual as mulheres apresentaram um aumento no nível 1 de 0,69% para 1,02%. Em relação ao Ensino Médio completo (nível 5) ocorreu um aumento significativo no nível 5, de 31,92% para 35,70%, superando os homens nesse segmento em 2023. Ocorreu também crescimento no nível superior (nível 7), no qual as mulheres tiveram um aumento expressivo no nível 7, de 4,97% para 6,03%, evidenciando um avanço mais acelerado na educação superior para este grupo.

Comparando os níveis de instrução por sexo observa-se que embora os homens ainda apresentem um percentual maior em níveis intermediários de instrução, as mulheres superaram

em categorias como Ensino Médio completo e nível superior em 2023, indicando avanços das mulheres em alcançar e consolidar níveis mais elevados de escolaridade. Na Tabela 3, estão dispostos os dados analisados sobre os anos de estudos desta população jovem adulta selecionada durante 2013 e 2023.

Tabela 3 - Distribuição dos Anos de Estudo da População Jovem Adulta do Centro-Oeste, por Sexo, nos Anos de 2013 e 2023 (em %).

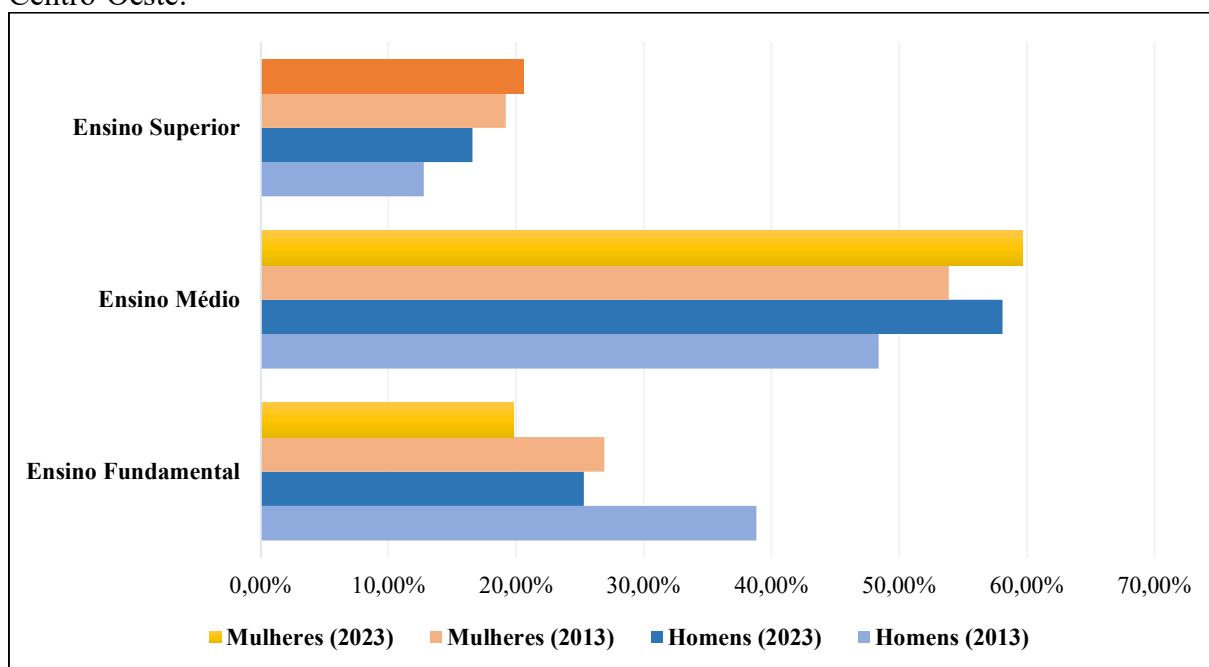
Anos de Estudo	Homens (2013)	Homens (2023)	Mulheres (2013)	Mulheres (2023)
0 anos	1,23	0,71	0,69	1,02
1 ano	1,29	0,49	0,78	0,06
2 anos	0,28	0,16	0,12	0,08
3 anos	0,66	0,14	0,36	0,07
4 anos	0,95	0,24	0,36	0,08
5 anos	2,58	0,77	1,25	0,37
6 anos	3,99	1,60	2,44	1,33
7 anos	4,85	2,47	3,46	1,65
8 anos	6,61	6,18	4,83	3,89
9 anos	16,39	12,55	12,63	11,25
10 anos	11,17	11,98	11,00	13,09
11 anos	10,23	12,02	10,43	11,20
12 anos	26,81	34,10	32,45	35,35
13 anos	4,29	5,27	6,15	6,37
14 anos	2,91	3,88	4,11	3,80
15 anos	2,37	2,46	3,88	4,02
16 anos	3,39	5,00	5,07	6,38

Fonte: Elaborado pela autora, com bases nos dados da PNADC 2013 e 2023.

Levando em consideração que no Brasil os anos de estudos são separados pelo Ensino Fundamental, Ensino Médio e Ensino Superior, e que eles possuem 9, 12 e 16 anos respectivamente, em média para conclusão, pode-se observar que houve uma redução nos percentuais das categorias de menor escolaridade (0 a 9 anos). Ocorreu uma maior concentração em 2023 em 12 anos de estudo (Ensino Médio completo), para ambos os sexos. Além disso, o crescimento no Ensino Superior completo (16 anos) foi mais expressivo entre as mulheres, mas os homens também tiveram avanço significativo.

Para facilitar a visualização, foi elaborado um gráfico (Figura 2), que mostra os dados por etapa de escolaridade (Ensino Fundamental, Médio e Superior), com base nos anos correspondentes a cada etapa: i) Ensino Fundamental (0 a 9 anos): inclui os primeiros 9 anos de estudo, da alfabetização ao final do Ensino Fundamental; ii) Ensino Médio (10 a 12 anos): abrange 3 anos, do 1º ao 3º ano do Ensino Médio; e iii) Ensino Superior (13 a 16 anos), refere-se aos anos de estudo de graduação e pós-graduação.

Figura 2 – Comparativo entre as etapas de escolaridade da população jovem adulta da região Centro-Oeste.



Fonte: Elaborado pela autora, com bases nos dados da PNADC 2013 e 2023.

Pela figura 2 é possível observar que, em relação ao Ensino Fundamental (0 a 9 anos), houve uma redução significativa na proporção de pessoas com apenas o Ensino Fundamental completo ou incompleto, tanto para homens quanto para mulheres, o que indica avanços na educação básica e maior acesso ao Ensino Médio e Superior. Sobre o Ensino Médio (10 a 12 anos) o percentual de pessoas com o Ensino Médio completo aumentou consideravelmente em ambos os sexos. Este avanço pode refletir políticas educacionais que priorizaram a universalização do acesso ao Ensino Médio durante a última década. E por fim, o Ensino Superior (13 a 16 anos) no qual homens e mulheres apresentaram aumento na proporção de pessoas com Ensino Superior. E apesar das mulheres manterem vantagem, os homens apresentaram maior crescimento relativo.

Pode-se concluir que este crescimento nas etapas mais avançadas (Ensino Médio e Superior) é um reflexo direto do declínio no Ensino Fundamental, pois a população está buscando aumentar os seus níveis de escolaridade. E que apesar dos avanços, ainda é possível observar uma dificuldade para aumentar o percentual de pessoas com Ensino Superior, especialmente para os homens.

4.1.2. Perfil de escolaridade por cor/raça

Nesta subseção foi analisado o perfil de escolaridade, nos anos de 2013 e 2023, da população jovem adulta do Centro-Oeste, segmentado de acordo com as categorias de cor/raça descritas pela PNADC: brancos, negros, amarelos, pardos e indígenas. A análise desse perfil é fundamental para compreender as desigualdades educacionais existentes entre os diferentes grupos raciais, especialmente em um contexto de políticas públicas voltadas para a promoção da equidade no acesso e na permanência na educação. Além disso, ao comparar os dados de 2013 e 2023, é possível avaliar a evolução ou persistência dessas desigualdades ao longo do tempo.

A Tabela 4 descreve as variações nas taxas de alfabetização entre os diferentes grupos raciais, possibilitando uma comparação da evolução ou persistência das desigualdades educacionais ao longo da última década.

Tabela 4 - Taxa de alfabetização da população jovem adulta (15 a 24 anos) do centro-oeste, por cor/raça, 2013 e 2023.

Cor/Raça	Ano	Alfabetizados (%)	Analfabetos (%)
Branco	2013	99,35%	0,65%
	2023	99,55%	0,45%
Negro	2013	99,37%	0,63%
	2023	99,51%	0,49%
Amarelo	2013	-	-
	2023	-	-
Pardo	2013	99,16%	0,84%
	2023	99,80%	0,20%
Indígena	2013	-	-
	2023	-	-

Fonte: Elaborado pela autora, com bases nos dados da PNADC 2013 e 2023.

A análise dos dados de alfabetização, nos anos de 2013 e 2023, por cor/raça da população jovem adulta do Centro-Oeste, revela um cenário de avanço na escolarização. A taxa de alfabetização aumentou para todos os grupos, em especial para os pardos, que apresentaram uma melhoria significativa, subindo de 99,16% para 99,80%. A população branca também teve um leve aumento na alfabetização, passando de 99,35% para 99,55%. Para as populações negra e parda, observou-se uma redução no percentual de analfabetos. Infelizmente os dados relacionados a população indígena e amarela se mostraram insuficientes na amostra.

Para analisar os níveis de escolaridade entre os grupos raciais, foram elaboradas as tabelas 5 e 6, referentes aos anos 2013 e 2023, respectivamente.

Tabela 5 – Distribuição Percentual do nível de instrução por raça/cor (2013)

Cor ou Raça	Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	Fundamental incompleto ou equivalente	Fundamental completo ou equivalente	Médio incompleto ou equivalente	Médio completo ou equivalente	Superior incompleto ou equivalente	Superior completo
Branca	0,87	12,61	10,79	20,75	30,41	17,82	6,76
Preta	1,17	22,20	15,33	22,35	28,64	8,85	1,45
Amarela	4,11	15,69	7,19	20,90	34,43	24,87	8,50
Parda	1,00	19,78	16,67	22,55	28,52	8,70	2,78
Indígena	44,35	22,43	25,30	7,91	-	-	-

Fonte: Elaborado pela autora, com bases nos dados da PNADC 2013.

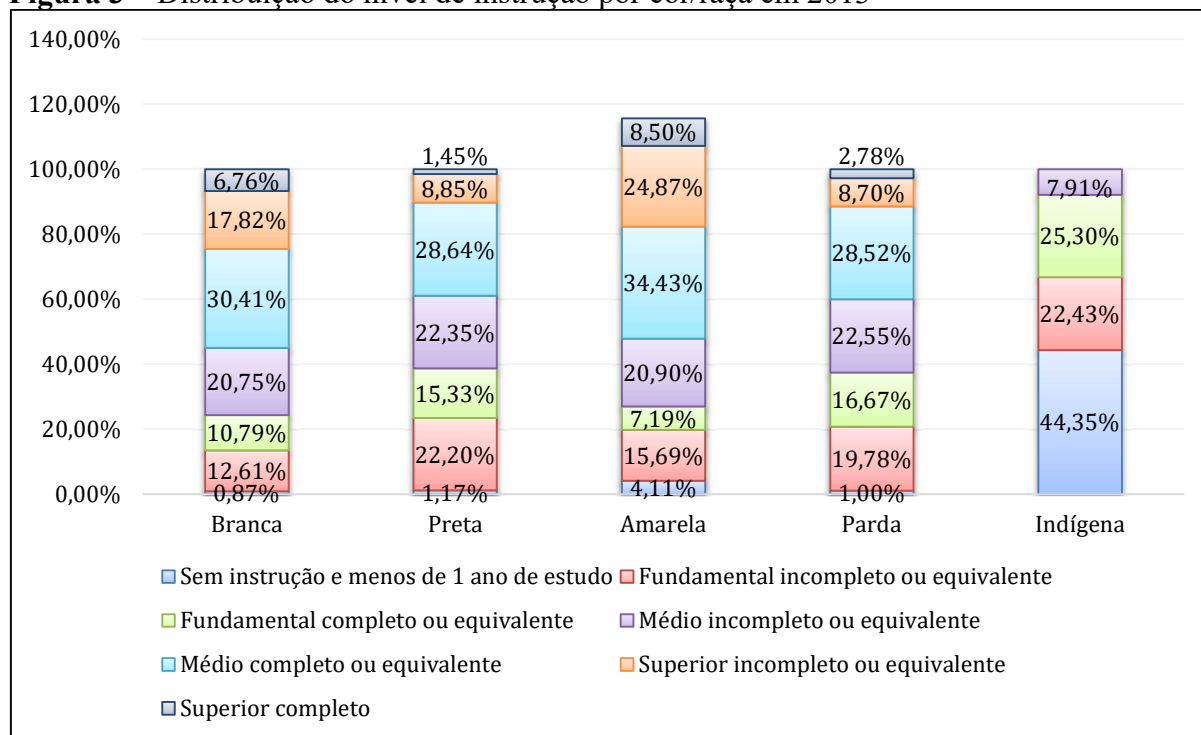
Tabela 6 – Distribuição Percentual do nível de instrução por raça/cor (2023)

Cor ou Raça	Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	Fundamental incompleto ou equivalente	Fundamental completo ou equivalente	Médio incompleto ou equivalente	Médio completo ou equivalente	Superior incompleto ou equivalente	Superior completo
Branca	1,00	7,21	10,49	23,48	33,47	17,46	6,90
Preta	0,78	7,45	10,68	27,11	39,10	10,18	4,69
Amarela	1,59	15,69	9,29	32,37	22,32	15,43	3,32
Parda	0,74	11,76	13,00	25,01	34,91	10,47	4,11
Indígena	5,81	10,29	14,55	22,42	43,12	3,82	-

Fonte: Elaborado pela autora, com bases nos dados da PNADC 2023.

Analisando os dados de 2013, observa-se diferenças significativas no nível de instrução entre os grupos raciais. Para a população branca, a maior parte dos indivíduos completou o ensino médio (30,41%), seguido por um número considerável que alcançou o nível superior incompleto (17,82%). O grupo de pessoas negras apresentou uma distribuição com destaque para o ensino médio completo (28,64%), mas ainda com uma porcentagem notável no ensino fundamental incompleto (22,20%). Já as pessoas amarelas destacaram-se pelo alto percentual no ensino médio completo (34,43%) e o maior índice no ensino superior (8,50%) indicando um nível educacional mais avançado. Entre os pardos, a maior concentração foi no ensino médio completo (28,52%), porém com o terceiro maior índice no ensino fundamental incompleto (19,78%) e a segunda maior representatividade no ensino fundamental completo (16,67%). O grupo indígena, por outro lado, teve a maior porcentagem de pessoas sem instrução ou com menos de 1 ano de estudo (44,35%), com uma grande parte também no ensino fundamental incompleto (22,43%) e fundamental completo (25,30%), refletindo uma maior dificuldade no acesso à educação formal.

Na figura 3 é possível visualizar estas diferenças entre os grupos raciais em 2013.

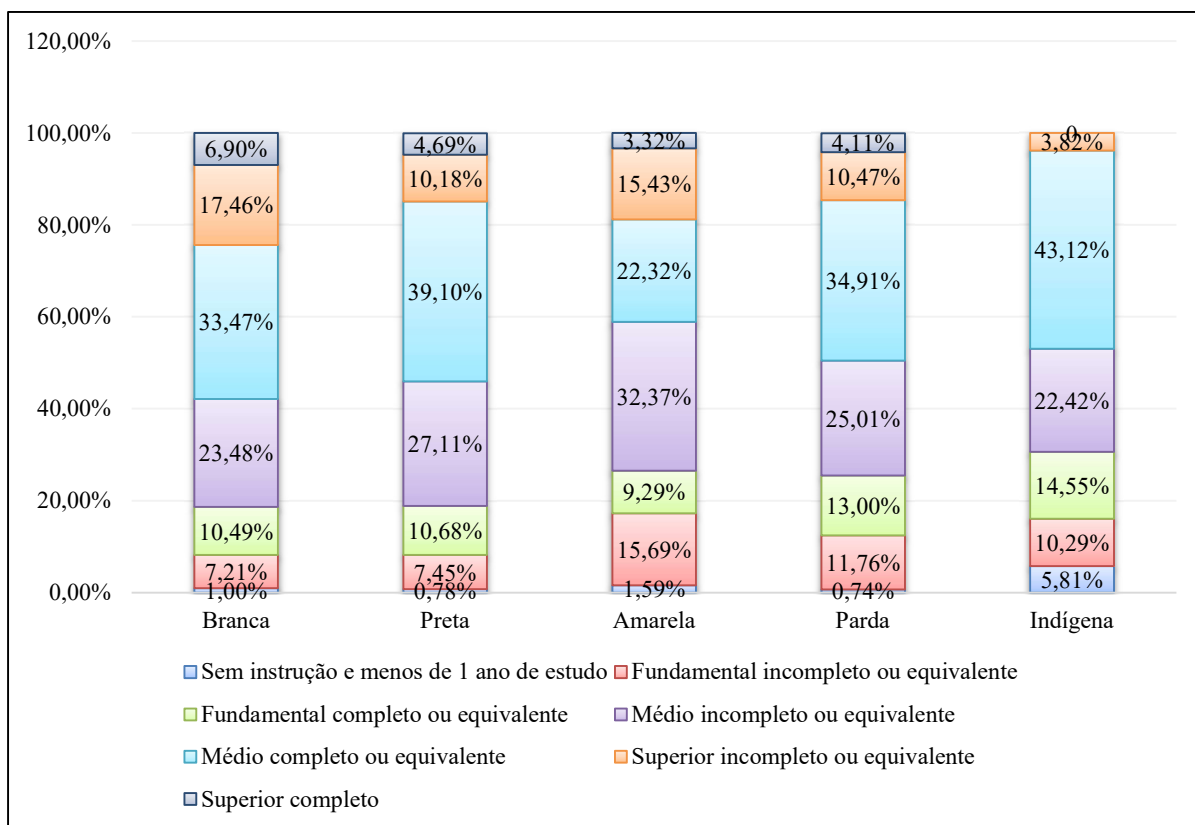
Figura 3 – Distribuição do nível de instrução por cor/raça em 2013

Fonte: Elaborado pela autora, com bases nos dados da PNADC 2013.

Analisando os dados de 2023, observa-se que há uma melhoria geral no nível de instrução de todos os grupos raciais em relação a 2013. A população branca manteve uma alta porcentagem no ensino médio completo (33,47%) e teve um aumento no ensino superior incompleto (17,46%) e completo (6,90%). As pessoas negras também apresentaram uma melhoria, em especial o aumento no ensino médio completo (39,10%) e no ensino superior incompleto (10,18%). A população amarela, que já se destacava em 2013, apresentou uma queda no percentual do ensino médio completo (22,32%) e um aumento no ensino superior incompleto (15,43%). Os pardos mantiveram uma porcentagem expressiva no ensino médio completo (34,91%), refletindo um bom avanço educacional. O grupo indígena teve uma leve melhoria, com uma maior porcentagem no ensino médio completo (43,12%), mas ainda há uma alta concentração de pessoas sem instrução ou com menos de 1 ano de estudo (5,81%) e sem percentual relacionado ao ensino superior de acordo com a PNADC 2023, evidenciando que os desafios de acesso à educação persistem, apesar dos avanços.

Para auxiliar na visualização dos dados citados acima, foi elaborado um gráfico (Figura 4) que descreve os índices mencionados.

Figura 4 – Distribuição do nível de instrução por cor/raça em 2023.



Fonte: Elaborado pela autora, com bases nos dados da PNADC 2023.

Comparando os dados de 2013 e 2023, observa-se uma evolução geral nos níveis de escolaridade, com uma maior concentração de pessoas alcançando o ensino médio completo e superior. Apesar de ainda existirem desigualdades, especialmente entre as populações indígenas e negras, o que pode apontar para uma evolução nas oportunidades educacionais ao longo dos anos. Essas diferenças podem ser atribuídas a diversos fatores, como políticas públicas de inclusão educacional.

4.1.3. Perfil de escolaridade por local de residência

Nesta última subseção foi analisado o perfil de escolaridade, nos anos de 2013 e 2023, da população jovem adulta do Centro-Oeste residente na área urbana e rural. A separação entre áreas urbanas e rurais tem grande relevância, dado que essas áreas têm acesso e recursos educacionais distintos, o que pode influenciar diretamente os resultados de alfabetização. Historicamente, as populações rurais enfrentam maiores desafios para acessar a educação de qualidade, como a falta de infraestrutura escolar, transporte e recursos didáticos.

Tabela 7 – Taxa de alfabetização por local de residência (2013 e 2023)

Ano	Área de Residência	Sabe Ler e Escrever (%)	Não Sabe Ler e Escrever (%)	Total de Pessoas
2013	Urbana	99,31	0,69	2.390.662
2013	Rural	98,48	1,52	200.057

2023	Urbana	99,71	0,29	2.436.554
2023	Rural	99,41	0,59	152.966

Fonte: Elaborado pela autora, com bases nos dados da PNADC 2013 e 2023.

Analisando a Tabela 6 acima, observa-se que nas áreas urbanas em 2013, 99,31% da população sabe ler e escrever, enquanto 0,69% não sabe e em 2023, 99,71% da população sabe ler e escrever, com uma diminuição para 0,29% da população que não sabe. Esse aumento na taxa de alfabetização é um reflexo da melhoria contínua na educação, possivelmente devido a políticas públicas mais eficazes e ao aumento de investimentos em infraestrutura educacional. Nas áreas rurais em 2013, 98,48% da população rural sabe ler e escrever, enquanto 1,52% não sabe e em 2023, 99,41% da população rural sabe ler e escrever, com 0,59% não sabendo. O aumento de 0,93% na taxa de alfabetização rural indica um avanço considerável na educação no campo.

Embora as áreas urbanas ainda apresentem taxas de alfabetização ligeiramente superiores, a diferença diminuiu significativamente ao longo dos 10 anos, indicando que a diferença educacional entre as zonas urbanas e rurais tem se reduzido.

A tabela 8 abaixo relaciona os níveis de instrução com o local de residência em 2013.

Tabela 8 – Distribuição percentual do nível de instrução por área (urbano e rural), nos anos de 2013 e 2023

Nível de Instrução	Urbano 2013 (%)	Rural 2013 (%)	Urbano 2023 (%)	Rural 2023 (%)
Nenhuma instrução	0,91	1,48	0,87	0,66
Ensino Fundamental Incompleto	16,40	29,13	9,63	13,81
Ensino Fundamental Completo	13,90	21,73	11,63	16,58
Ensino Médio Incompleto	22,07	19,85	24,49	28,98
Ensino Médio Completo	29,67	23,34	34,96	32,54
Ensino Superior Incompleto	12,68	3,26	13,14	6,01
Ensino Superior Completo	4,36	1,20	5,28	1,42

Fonte: Elaborado pela autora, com bases nos dados da PNADC 2013.

De acordo com os dados analisados em 2013 existiu uma disparidade educacional significativa entre áreas urbanas e rurais. A zona urbana apresenta maior concentração de pessoas nos níveis de escolaridade mais elevados, como o Ensino Médio Completo (29,67%), Ensino Superior Incompleto (12,68%) e Superior Completo (4,36%), enquanto a zona rural registra percentuais mais baixos nessas categorias, especialmente no Superior Completo (1,20%).

A análise da Tabela 8 revela diferenças no nível de instrução entre as populações urbana e rural. Na zona urbana, observa-se uma maior concentração de indivíduos nos níveis de ensino superior, com 13,14% no Ensino Superior Incompleto e 5,28% no Superior Completo, comparados a apenas 6,01% e 1,42% na zona rural, respectivamente. A zona rural apresenta proporções mais altas nos níveis de instrução mais baixos, como Ensino Fundamental Incompleto (13,81% contra 9,63%) e Fundamental Completo (16,58% contra 11,63%). Apesar de o Ensino Médio Incompleto ter maior percentual na zona rural (28,98%) do que na urbana (24,49%), o Ensino Médio Completo é mais predominante na zona urbana (34,96%). Esses dados refletem um avanço na escolaridade da população rural em comparação ao passado, mas ainda destacam a disparidade no acesso à educação superior, especialmente na zona rural, indicando a necessidade de intervenções para equiparar as oportunidades educacionais.

Assim, embora os índices de escolaridade tenham melhorado para ambas as localidades, o acesso ao ensino superior ainda é um desafio maior para as populações rurais que ainda continuam enfrentando barreiras estruturais para a inclusão educacional em níveis mais avançados.

A tabela 9 abaixo foi elaborada para complementar a análise realizada até o momento, analisando os anos de estudo da população nas áreas urbanas e rurais em 2013 e 2023.

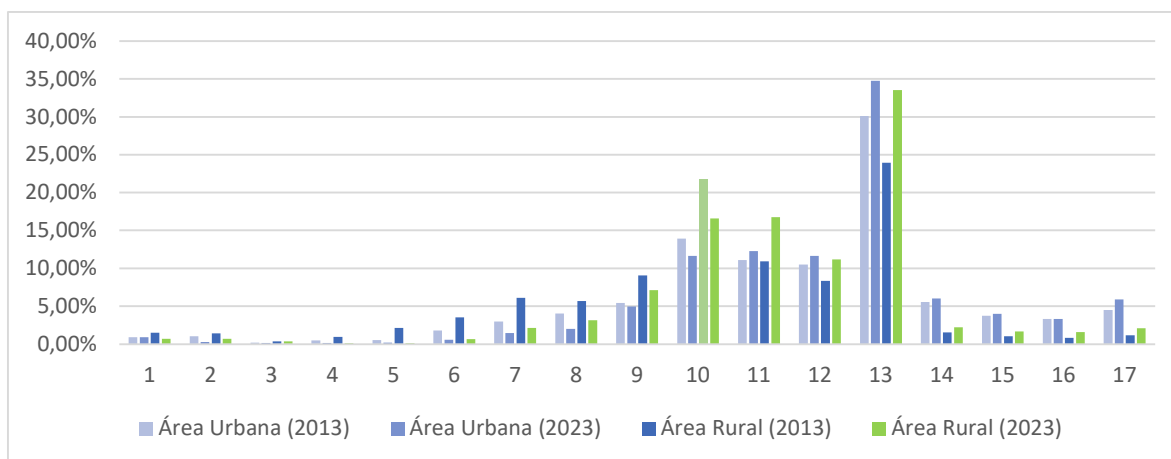
Tabela 9 – Comparativo dos anos de estudo por local de residência (2013 e 2023)

Anos de Estudo	Área Urbana (2013)	Área Urbana (2023)	Área Rural (2013)	Área Rural (2023)
0	0,91%	0,87%	1,48%	0,66%
1	1,00%	0,26%	1,41%	0,66%
2	0,19%	0,13%	0,33%	0,33%
3	0,47%	0,11%	0,94%	0,07%
4	0,53%	0,17%	2,11%	0,09%
5	1,78%	0,57%	3,51%	0,64%
6	2,97%	1,43%	6,08%	2,12%
7	4,02%	2,01%	5,68%	3,13%
8	5,43%	4,95%	9,07%	7,09%
9	13,90%	11,63%	21,73%	16,58%
10	11,10%	12,25%	10,90%	16,75%
11	10,49%	11,65%	8,35%	11,17%
12	30,12%	34,77%	23,94%	33,55%
13	5,53%	6,02%	1,51%	2,21%
14	3,72%	3,98%	1,01%	1,64%
15	3,32%	3,31%	0,82%	1,57%
16	4,49%	5,89%	1,13%	2,06%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: Elaborado pela autora, com bases nos dados da PNADC 2013 e 2023.

Para auxiliar na visualização dos dados dispostos na Tabela 9, foi elaborado o gráfico abaixo (Figura 7).

Figura 7 - Comparativo dos anos de estudo por local de residência (2013 e 2023)



Fonte: Elaborado pela autora, com bases nos dados da PNADC 2023.

Pode-se observar através da figura que em 2013 nas áreas urbanas havia uma maior concentração de pessoas com 12 anos de estudo (30,12%), correspondente ao Ensino Médio Completo, enquanto nas áreas rurais esse mesmo nível era alcançado por 23,94% da população. Nas áreas rurais, há um número considerável de indivíduos com apenas 6 ou 8 anos de estudo, evidenciando um padrão de evasão escolar antes da conclusão do Ensino Fundamental

Em 2023, a tabela indica uma melhora na escolaridade tanto nas áreas urbanas quanto rurais. A porcentagem de pessoas com 12 anos de estudo aumentou em ambas as localidades, atingindo 34,77% no meio urbano e 33,55% no rural, o que aponta para uma redução das diferenças nesse nível educacional. Nas áreas rurais apresentam uma presença mais significativa de pessoas com 8 e 10 anos de estudo, o que pode indicar progresso na conclusão do Ensino Fundamental, mas uma dificuldade para alcançar o Ensino Superior em comparação com as áreas urbanas.

Dessa forma, ao comparar os resultados de 2013 e 2023, nota-se que houve avanços na escolaridade geral em ambos os contextos, com um aumento no percentual de pessoas que concluíram o Ensino Médio. A disparidade entre as zonas urbana e rural persiste, embora reduzida em alguns níveis, mas ainda há desafios no alcance de níveis educacionais mais avançados, como a conclusão do Ensino Superior.

4.2 Análise descritiva dos dados sobre mercado de trabalho e escolaridade

Nesta segunda parte do trabalho, foi analisada a relação entre o mercado de trabalho e a escolaridade da população de 15 a 24 anos da região Centro-Oeste nos anos de 2013 e 2023. Para isso, foi necessário analisar as pessoas ocupadas e desocupadas na semana de referência e os seus anos de estudo, conforme disposto na Tabela 10 abaixo.

Tabela 10 – Relação os anos de estudo e as pessoas ocupadas e desocupadas (2013 e 2023)

ANOS DE ESTUDO	OCUPADAS 2013	DESOCUPADAS 2013	OCUPADAS 2023	DESOCUPADAS 2023
0 ANOS	0.59	0.41	0.53	0.45
1 ANO	0.43	0.89	0.35	0.26
2 ANOS	0.12	0.18	0.09	0.18
3 ANOS	0.10	0.23	0.09	0.23
4 ANOS	0.04	0.22	0.03	0.98
5 ANOS	0.41	1.00	0.37	1.52
6 ANOS	1.23	1.50	1.21	1.73
7 ANOS	1.70	3.57	1.50	4.94
8 ANOS	3.49	7.44	2.97	9.50
9 ANOS	8.55	14.21	6.89	14.19
10 ANOS	10.04	19.34	8.11	10.33
11 ANOS	12.23	23.64	9.81	35.29
12 ANOS	53.79	29.96	44.71	6.40
13 ANOS	7.70	4.95	6.76	3.60
14 ANOS	5.79	3.23	4.56	4.27
15 ANOS	4.94	4.58	3.80	6.38
16 ANOS OU MAIS	10.32	5.12	8.24	6.38

Fonte: Elaborado pela autora, com bases nos dados da PNADC 2013 e 2023.

Analisando a Tabela 10, verifica-se que as pessoas com maior escolaridade (12 anos ou mais) têm maior presença tanto no mercado de trabalho ocupado quanto no mercado de trabalho desocupado. Em 2023, apesar da porcentagem de pessoas com 12 anos de estudo nas ocupações terem diminuiu (de 53,79% em 2013 para 44,71% em 2023), ainda representa a maior parte do total de ocupados, o que pode indicar uma ampliação do nível de escolaridade dos trabalhadores ao longo do tempo, com mais pessoas alcançando anos adicionais de estudo. O desemprego aumentou, com destaque entre os indivíduos com 12 anos de estudo (de 29,96% em 2013 para 35,29% em 2023), o que pode representar dificuldades no acesso a empregos qualificados ou uma maior competição por vagas no mercado de trabalho.

Para os trabalhadores com menos escolaridade, também houve crescimento no desemprego, porém mais moderados. Isso pode indicar que o mercado de trabalho está privilegiando aqueles com maior qualificação. Além disso, a participação de pessoas com menos escolaridade no mercado de trabalho diminuiu, como pode ser observado em tabela de 0 a 11 anos, que apresenta essa diminuição de 2013 para 2023 em todos estes anos, sugerindo que menos pessoas com pouca escolaridade estão no mercado de trabalho, talvez estejam buscando por maior qualificação ou porque os empregos que exigem pouca educação estão diminuindo.

Assim, em 2023, o mercado de trabalho do Centro-Oeste apresenta uma população mais escolarizada, porém com desafios em relação ao desemprego entre os trabalhadores mais

qualificados. A alta taxa de desemprego entre pessoas com 12 anos ou mais de estudo pode estar apontando que o mercado de trabalho não tem mais as mesmas exigências de 2013, indo além de requerer uma escolaridade mais elevada, para buscar pessoas que têm habilidades mais específicas ou adaptáveis às suas novas necessidades.

Na tabela 11, localizada no Anexo A, está disposto a relação entre os anos de estudo com a quantidade de trabalho das pessoas ocupadas em 2013. Analisando os dados dispostos na tabela, verifica-se que a grande maioria dos jovens adultos do Centro-Oeste possuíam apenas um trabalho durante a semana de referência, (1.290.573 indivíduos) e entre elas é possível observar que a maioria destes jovens possui 12 anos de estudo (36,47%), indicando que grande parte havia concluído o ensino médio. A participação de quem tinha dois trabalhos foi significativamente menor, cerca de 17.939 pessoas, destacando também os que possuíam 12 anos de estudo (24,07%). Por fim, um número reduzido de jovens possuía três ou mais trabalhos, totalizando 583 indivíduos, todos com 16 anos de estudo, sugerindo maior qualificação entre esse grupo.

A Tabela 12 (ver Anexo B), apresenta os dados analisados referentes ao ano de 2023 para comparação aos dados apresentados anteriormente. Os dados de 2023 revelam uma distribuição significativa dos anos de estudo entre as pessoas com diferentes números de trabalhos na semana de referência. Entre as pessoas que declararam ter um trabalho, a maioria concentra-se em 12 anos de estudo (44,83%), indicando a conclusão do ensino médio. Para níveis mais elevados, como 16 anos de estudo (ensino superior completo), observa-se uma participação de 8,22%.

Aqueles que declararam dois trabalhos também tem em sua maioria 12 anos de estudo (32,03%), seguido de 13 anos (14,34%) e 16 anos (9,81%). A proporção de pessoas com níveis educacionais mais baixos é menor, com 6 anos de estudo representando apenas 7,87%. Isso sugere que quem possui mais de um trabalho tende a apresentar escolaridade ligeiramente superior em comparação com a categoria anterior.

Em relação ao grupo com três ou mais trabalhos, a maior parte tem 12 anos de estudo (73,52%), indicando um perfil educacional mais concentrado em nível médio completo e possui uma variação nos níveis educacionais, possivelmente indicando a necessidade de uma base mínima de escolaridade para gerenciar múltiplas ocupações.

Comparando os dados de 2013 e 2023, percebe-se que anteriormente a maioria da população de 2013 estava envolvida em um único trabalho, com uma frequência muito alta em relação aos anos de estudo, especialmente no nível de 12 anos de estudo, que atingiu mais de 44%. Já em 2023, apesar da grande concentração de pessoas com um único trabalho, a

quantidade de indivíduos em dois trabalhos aumentou, especialmente entre aqueles com 12 anos de estudo, com uma porcentagem de 32,03%. Também houve um número significativo de pessoas com mais de 12 anos de estudo envolvidos em 3 trabalhos ou mais.

Em relação aos anos de estudos, em 2013 a maior parte da população tinha 12 anos de estudo (44,83%), 11 anos (9,84%), 10 anos (8,09%) e 16 anos (8,22%). O número de pessoas com menos de 9 anos de estudo era reduzido. Já em 2023, a distribuição dos anos de estudo apresenta uma diminuição no percentual de pessoas com 12 anos de estudo (44,83% para 32,03%) e o percentual de pessoas com menos de 9 anos de estudo é mais alto, principalmente na categoria de 6 anos, que registra 7,87%.

Observa-se que em 2023 a distribuição de pessoas com dois, três ou mais trabalhos foi mais expressiva do que em 2013, refletindo uma possível maior necessidade de complementar a renda ou a presença de atividades informais.

Essas mudanças são indicativas de uma possível adaptação da juventude às novas exigências econômicas e sociais, onde a flexibilidade e a busca por múltiplas fontes de rendimento podem ser vistas como estratégias para lidar com os desafios do mercado de trabalho.

Para analisar a formalidade dos trabalhos (trabalhadores com carteira assinada), a Tabela 13 abaixo, apresenta os dados sobre os trabalhadores com carteira assinada nos anos de 2013 e 2023.

Tabela 13: Comparação Percentual dos Anos de Estudo para 2013 e 2023. (Em %)

Anos de Estudo	2013 - Carteira Assinada	2013 - Sem Carteira Assinada	2013 - Não Informado	2023 - Carteira Assinada	2023 - Sem Carteira Assinada	2023 - Não Informado
0	0.83	1.11	1.26	0.83	1.11	1.26
1	0.04	0.19	0.42	0.04	0.19	0.42
2	0.14	0.16	0.16	0.14	0.16	0.16
3	0.06	0.05	0.11	0.06	0.05	0.11
4	0.27	0.46	0.26	0.27	0.46	0.26
5	0.76	1.75	0.75	0.76	1.75	0.75
6	0.88	2.25	1.72	0.88	2.25	1.72
7	1.69	4.67	2.57	1.69	4.67	2.57
8	5.41	9.75	6.76	5.41	9.75	6.76
9	6.28	10.70	15.54	6.28	10.70	15.54
10	7.86	12.94	15.90	7.86	12.94	15.90
11	51.92	35.36	12.99	51.92	35.36	12.99
12	6.81	6.66	26.58	6.81	6.66	26.58
13	4.20	6.66	5.09	4.20	6.66	5.09
14	3.70	3.37	3.36	3.70	3.37	3.36
15	9.15	6.76	2.93	9.15	6.76	2.93
Total	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados da PNADC 2013 e 2023.

Em 2023, o percentual de pessoas com trabalho formal (com carteira assinada) parece ser ligeiramente superior em relação a 2013, com um aumento principalmente nas categorias de 11 a 12 anos de estudo. Esse avanço sugere uma maior formalização no mercado de trabalho, especialmente para quem possui ensino médio ou superior. Enquanto no outro grupo houve uma diminuição relativa na proporção de trabalhadores informais, especialmente na faixa de 11 a 12 anos de estudo, o que pode ser um reflexo da maior formalização e mudanças econômicas que favorecem o trabalho registrado.

Para compreender quais são as ocupações desta população, foi analisado os anos de estudo, dados de 2013 e 2023, nas seguintes categorias: Empregado no setor privado, trabalhador doméstico, empregado no setor público (inclusive servidor estatutário e militar), empregador, conta-própria, trabalhador familiar auxiliar e não aplicável. Essas informações estão dispostas na tabela 14 abaixo.

Tabela 14 – Distribuição dos anos de estudo entre as categorias de ocupação (2013 e 2023)

Categoria de Ocupação	Anos de estudo	Anos de Estudo (2013)	Anos de Estudo (2023)
Empregado no setor privado	0 (Sem estudo)	0.57	0.57
	1	0.11	0.11
	2	0.07	0.07
	3	0.11	0.11
	4	0.04	0.04
	5	0.31	0.31
	6	1.09	1.09
	7	1.49	1.49
	8	2.85	2.85
	9	6.87	6.87
	10	7.68	7.68
	11	9.61	9.61
	12	47.44	47.44
	13	6.33	6.33
	14	4.18	4.18
	15	3.42	3.42
	16	7.83	7.83
	Total	100.00	100.00
Trabalhador doméstico	5	0.66	0.66
	6	3.43	3.43
	7	0.40	0.40
	8	3.82	3.82
	9	15.04	15.04
	10	17.28	17.28
	11	9.48	9.48
	12	40.50	40.50
	13	5.89	5.89

	14	2.59	2.59
	15	0.93	0.93
	Total	100.00	100.00
Empregado no setor público (inclusive servidor estatutário e militar)	5	0.38	0.38
	6	0.37	0.37
	7	0.42	0.42
	8	0.79	0.79
	9	2.44	2.44
	10	3.30	3.30
	11	9.54	9.54
	12	32.03	32.03
	13	13.19	13.19
	14	12.17	12.17
	15	8.22	8.22
	16	17.13	17.13
	Total	100.00	100.00
Empregador	0	3.15	3.15
	6	3.87	3.87
	10	4.26	4.26
	11	9.13	9.13
	12	19.58	19.58
	13	14.08	14.08
	14	7.71	7.71
	15	12.03	12.03
	16	26.19	26.19
	Total	100.00	100.00
Conta-própria	0	0.71	0.71
	1	2.02	2.02
	2	0.28	0.28
	5	0.59	0.59
	6	1.55	1.55
	7	2.59	2.59
	8	4.16	4.16
	9	7.03	7.03
	10	9.84	9.84
	11	10.81	10.81
	12	40.39	40.39
	13	5.42	5.42
	14	3.10	3.10
	15	3.82	3.82
	16	7.69	7.69
	Total	100.00	100.00
Trabalhador familiar auxiliar	1	1.29	1.29
	5	0.67	0.67
	6	1.43	1.43
	7	1.02	1.02
	8	7.02	7.02
	9	9.20	9.20
	10	14.99	14.99
	11	13.64	13.64
	12	24.33	24.33
	13	9.23	9.23

Não aplicável	14	5.34	5.34
	15	6.19	6.19
	16	5.64	5.64
	Total	100.00	100.00
	0	1.20	1.20
	1	0.20	0.20
	2	0.15	0.15
	3	0.13	0.13
	4	0.30	0.30
	5	0.80	0.80
	6	1.75	1.75
	7	2.68	2.68
	8	7.32	7.32
	9	17.27	17.27
	10	17.19	17.19
	11	13.55	13.55
	12	24.08	24.08
	13	4.78	4.78
	14	3.07	3.07
	15	2.57	2.57
	16	2.93	2.93
	Total	100.00	100.

Fonte: Elaborado pela autora, com bases nos dados da PNADC 2013 e 2023.

Ao analisar os dados e comparar os anos de referência, observa-se que o empregado no setor privado possui predominantemente o ensino médio completo (12 anos de estudo), com 47,44 em 2013 e 47,44 em 2023, indicando a maior parte dos empregados no setor privado tem a educação formal básica.

O Trabalhador doméstico, ambos os anos de análise também tem a maioria dos trabalhadores domésticos também tem 12 anos de estudo (40,50) e, em menor concentração, 10 anos de estudo (17,28), sugerindo um perfil de ensino médio incompleto.

O empregado no setor público tem como perfil 12 anos de estudo (32,03), seguido de 16 anos de estudo (17,13), indicando uma boa quantidade de pessoas com ensino superior, refletindo um perfil de emprego mais qualificado.

O empregador tem em sua maioria 16 anos de estudo (26,19), indicando que muitos têm ensino superior completo. A segunda maior porcentagem está em 12 anos de estudo (19,58).

Os trabalhadores da categoria conta-própria têm em sua maior parte 12 anos de estudo (40,39) e uma boa quantidade com 10 anos de estudo (9,84), o que sugere que muitos ainda estão no ciclo médio de educação.

Quanto ao trabalhador familiar auxiliar a maioria tem 12 anos de estudo (24,33), seguido de 10 anos de estudo (14,99) e 11 anos de estudo (13,64), refletindo um perfil mais centrado no ensino médio, com poucos avançando para a educação superior.

A análise dos dados por categoria de ocupação mostra que a maior parte das pessoas, independentemente da ocupação, tem 12 anos de estudo (ensino médio completo), com algumas categorias (como empregadores e empregados no setor público) apresentando uma maior proporção de pessoas na educação superior. A escolaridade não sofreu grandes mudanças entre 2013 e 2023, o que indica uma estabilidade educacional dentro das diferentes ocupações.

Na Tabela 15 abaixo, foi analisado a relação entre a população contribuinte e não contribuinte por anos de estudos, de 2013 e 2023.

Tabela 15 – Relação entre a contribuição previdenciária e os anos de estudo (2013 e 2023)

Contribuição para a previdência	Anos de Estudo	Frequência (2013)	Percentual (2013)	Frequência (2023)	Percentual (2023)
Contribuinte	0	4,015.08	0.51	6,566.17	0.81
	1	5,637.03	0.71	511.81	0.06
	2	236.71	0.03	928.79	0.11
	3	3,250.61	0.41	386.86	0.05
	4	4,303.89	0.55	1,876.55	0.23
	5	8,127.80	1.03	5,570.82	0.69
	6	12,620.75	1.60	6,892.76	0.85
	7	16,439.72	2.08	12,308.30	1.52
	8	23,971.60	3.04	39,722.10	4.89
	9	78,058.58	9.90	45,498.39	5.61
	10	54,137.45	6.87	61,853.80	7.62
	11	57,840.56	7.34	408,866.34	50.38
	12	342,963.50	43.49	60,073.99	7.40
	13	43,892.56	5.57	41,875.22	5.16
	14	34,579.67	4.39	33,456.62	4.12
	15	37,085.87	4.70	85,238.96	10.50
	16	61,378.39	7.78	521,414.65	100.00
Não contribuinte	0	3,782.54	0.73	550.99	0.11
	1	9,080.89	1.74	4,183.41	0.80
	2	1,161.50	0.22	1,147.49	0.22
	3	3,155.39	0.61	218.34	0.04
	4	3,441.15	0.66	3,038.83	0.58
	5	14,906.10	2.86	10,548.73	2.02
	6	19,973.60	3.84	13,054.46	2.50
	7	26,224.40	5.04	27,232.82	5.22
	8	38,817.00	7.46	52,095.99	9.99
	9	80,935.41	15.55	62,556.72	12.00
	10	58,157.59	11.17	68,947.73	13.22

11	53,110.41	10.20	187,120.05	35.89
12	132,032.00	25.36	29,993.13	5.75
13	25,463.13	4.89	18,966.01	3.64
14	18,946.18	3.64	17,222.37	3.30
15	13,515.59	2.60	24,537.58	4.71
16	17,853.82	3.43	1,256,478.00	100.00

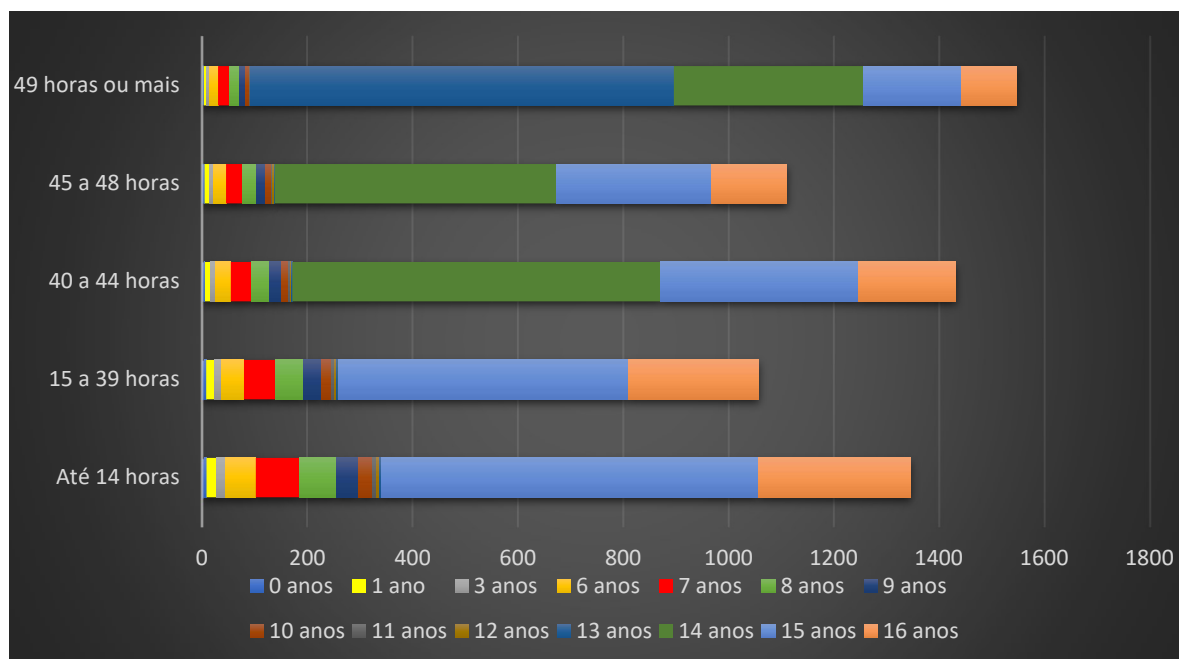
Fonte: Elaborado pela autora, com bases nos dados da PNADC 2013 e 2023.

Em 2013, a maioria dos contribuintes à previdência tinha entre 12 e 16 anos de estudo, cerca de 43,49 de pessoas com 12 anos de estudo. Assim, percebe-se que nesse ano a escolaridade média dos contribuintes era relativamente alta, com uma grande parte já completando o ensino médio. O número de pessoas com nível superior era consideravelmente mais baixo, com 6,87 possuindo 15 anos de estudo ou mais. Já em 2023, é possível observar a tendência de aumento de escolaridade entre os contribuintes com 50,38 da população alcançando 12 anos de estudo. Além disso, o número de contribuintes com mais de 12 anos de estudo cresceu, com 10,50 alcançando 16 anos de estudo ou mais, ou seja, no ensino superior. Essa mudança indica um aumento da educação formal entre a população que contribui para a previdência, refletindo uma tendência positiva de aumento da escolaridade no Brasil nos últimos anos.

Em relação aos não contribuintes, em 2013, cerca de 25,36 da população tinha 12 anos ou mais de estudo, enquanto em 2023 esse número cresceu significativamente para 35,89 . O grupo de não contribuintes apresenta um cenário de melhoria educacional, mas com um índice de escolaridade ligeiramente mais baixo em relação aos contribuintes, tanto em 2013 quanto em 2023, o que sugere que mais pessoas que não estão contribuindo à previdência conseguiram concluir o ensino médio e, em menor medida, ingressaram no ensino superior.

No gráfico abaixo (Figura 8) foi analisado a distribuição de faixas de horas trabalhadas, categorizados pela PNADC por ano de estudo no ano de 2013.

Figura 8 - Distribuição de faixas de horas trabalhadas por ano de estudo (2013)



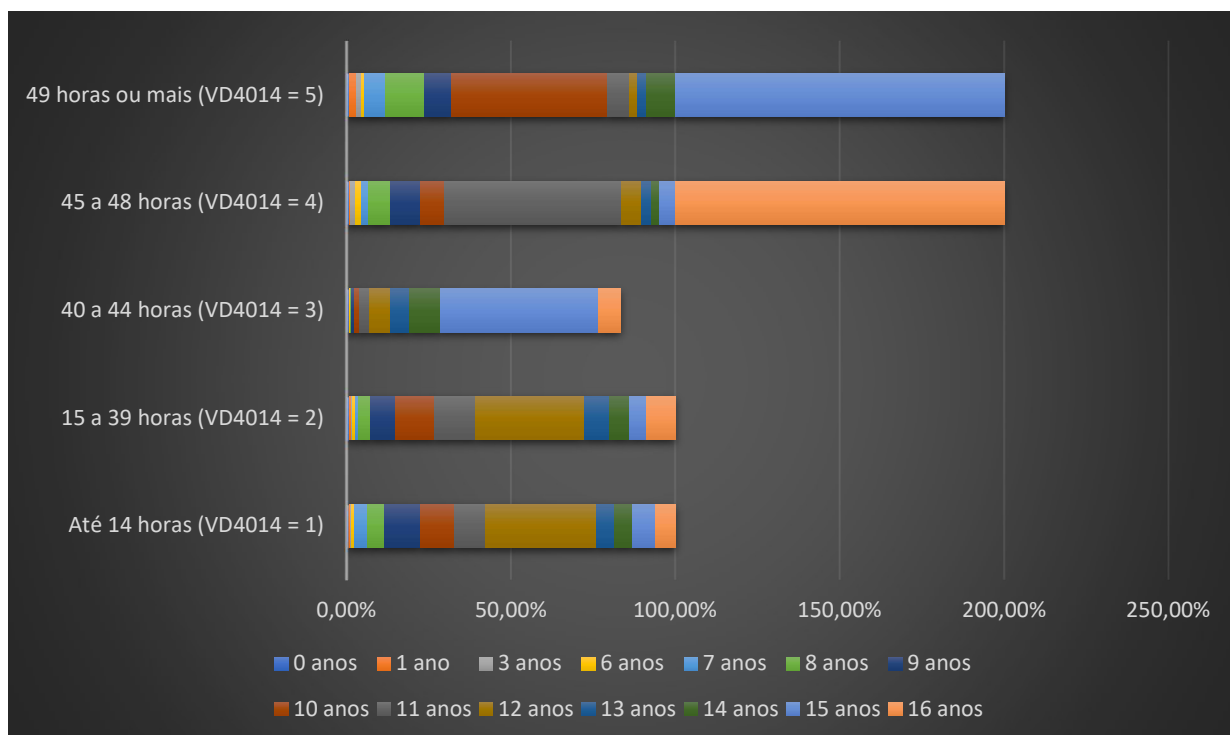
Fonte: Elaborado pela autora, com bases nos dados da PNADC 2013 e 2023.

Analisando a distribuição das faixas de horas trabalhadas entre os diferentes grupos de anos de estudo pode-se observar que a carga horária semanal de trabalho varia significativamente entre os diferentes níveis de escolaridade. Os trabalhadores com menos anos de estudo estão mais concentrados em jornadas mais longas, especialmente acima de 45 horas semanais, o que sugere uma predominância em ocupações que exigem menor qualificação e oferecem menos flexibilidade. Conforme os anos de estudo aumentam, observa-se uma tendência de redistribuição para jornadas mais equilibradas, especialmente entre 15 e 44 horas semanais. As pessoas com escolaridade intermediária (entre 8 e 11 anos) apresentam uma distribuição mais uniforme entre as faixas de horas. Enquanto aqueles com níveis mais altos de escolaridade (12 anos ou mais), há uma concentração em cargas horárias padrão, e uma redução significativa na presença em jornadas acima de 45 horas.

Esses resultados destacam a relação direta entre escolaridade e condições de trabalho, evidenciando que níveis mais altos de educação tendem a proporcionar inserção em empregos com melhores condições, maior equilíbrio de carga horária e maior qualidade de vida. Por outro lado, os trabalhadores com menor escolaridade ainda enfrentam desafios significativos, como jornadas excessivas, que podem impactar sua saúde e bem-estar.

No gráfico abaixo (Figura 9) foi analisado os dados sobre as horas de trabalhado em relação aos anos de estudo no ano de 2023.

Figura 9 - Distribuição de faixas de horas trabalhadas por ano de estudo (2023)



Fonte: Elaborado pela autora, com bases nos dados da PNADC 2013 e 2023.

Na análise da tabela de 2023 observa-se que indivíduos com anos de estudo mais baixos (até 6 anos) têm uma participação reduzida em todas as faixas de horas trabalhadas, indicando uma menor inserção ou possível marginalização no mercado de trabalho formal.

Para jornadas mais curtas (até 14 horas semanais), há uma alta proporção de trabalhadores com 12 anos de estudo (33,74), possivelmente em funções que oferecem maior flexibilidade ou horários reduzidos, como empregos de meio período. Para as jornadas padrão de 40 a 44 horas, a maior concentração está entre aqueles com 15 anos de estudo (48,10).

Em jornadas longas (acima de 45 horas), a distribuição se torna mais diversificada. Pessoas com 10 anos de estudo dominam as faixas de 45 a 48 horas (53,85), enquanto aqueles com 8 anos de escolaridade lideram na faixa de 49 horas ou mais (47,19). Isso pode indicar que, apesar de possuírem uma qualificação moderada, esses indivíduos ainda ocupam posições que demandam alta carga horária e menor flexibilidade.

A tabela 16 abaixo é um comparativo entre os resultados dos anos de 2013 e 2023, em relação a predominância dos anos de estudo por jornada de trabalho.

Tabela 16 - Análise comparativa da distribuição de anos de estudo por faixa de horas trabalhadas entre 2013 e 2023

Faixa de Horas Trabalhadas	2013 - Percentual por Anos de Estudo	2023 - Percentual por Anos de Estudo	Principais Diferenças
Até 14 horas	6 a 8 anos de estudo: 61	11 a 12 anos de estudo: 43,24	Em 2013, a maior parte está em 6 a 8 anos de estudo, enquanto em 2023

			há maior concentração em 11 a 12 anos de estudo.
15 a 39 horas	6 a 9 anos de estudo: 73	11 a 12 anos de estudo: 45,42	Em 2013, a faixa de 15 a 39 horas é dominada por trabalhadores com 6 a 9 anos de estudo. Em 2023, 11 a 12 anos são mais frequentes.
40 a 44 horas	6 a 9 anos de estudo: 74	13 a 15 anos de estudo: 63,32	Em 2013, a carga horária de 40 a 44 horas tem maior concentração entre 6 a 9 anos de estudo, enquanto em 2023, trabalhadores com 13 a 15 anos de estudo dominam.
45 a 48 horas	6 a 9 anos de estudo: 60	11 a 12 anos de estudo: 53,85	Em 2013, trabalhadores com 6 a 9 anos de estudo representam 60 , enquanto em 2023, trabalhadores com 11 anos de estudo são mais significativos.
49 horas ou mais	6 a 9 anos de estudo: 60	10 anos de estudo: 47,19	Em 2013, a maioria das pessoas com 49 horas ou mais de trabalho tem de 6 a 9 anos de estudo. Em 2023, trabalhadores com 10 anos de estudo dominam essa faixa.

Fonte: Elaborado pela autora, com bases nos dados da PNADC 2013 e 2023.

De forma geral, a tabela evidencia que a escolaridade continua a influenciar significativamente as condições de trabalho, com níveis mais altos de estudo associados a jornadas mais equilibradas e oportunidades em empregos formalizados, enquanto aqueles com menor escolaridade estão mais suscetíveis a condições de trabalho mais exigentes ou à exclusão do mercado.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises realizadas ao longo deste estudo evidenciaram avanços significativos na escolaridade da população jovem adulta do Centro-Oeste entre 2013 e 2023.

Os resultados encontrados evidenciam que houve uma evolução significativa na alfabetização da população jovem adulta do centro-oeste, melhorias tanto para homens quanto para mulheres entre os anos de 2013 e 2023. Em relação aos níveis de instrução por sexo observa-se que embora os homens ainda apresentem um percentual maior em níveis intermediários de instrução, as mulheres superaram em categorias como ensino médio completo e nível superior em 2023, porém, apesar de manterem vantagem, os homens apresentaram maior crescimento relativo. Assim, pode-se concluir que este crescimento nas etapas mais avançadas (Ensino Médio e Superior) é um reflexo direto do declínio no Ensino Fundamental, evidenciando que a população está buscando aumentar os seus níveis de escolaridade.

Em relação a escolaridade e grupos raciais, observou-se que em 2023 ocorreu uma melhoria geral no nível de instrução de todos os grupos raciais em relação a 2013, em destaque para uma maior concentração de pessoas alcançando o ensino médio completo e superior.

Porém, foi evidenciado também que as desigualdades ainda persistem, especialmente entre as populações indígenas e negras.

Sobre a escolaridade e local de residência foi possível observar que houve avanços na escolaridade tanto urbana quanto rural, com um aumento no percentual de pessoas que concluíram o Ensino Médio. A disparidade entre as zonas urbana e rural persiste, porém, reduzida em alguns níveis, mas ainda há desafios no alcance de níveis educacionais mais avançados, como a conclusão do Ensino Superior.

Os indicadores do mercado de trabalho em relação a escolaridade evidenciaram grandes mudanças ao longo do período de análise, com diversas mudanças como a distribuição dos níveis de escolaridade e quantidade de trabalhos, jornada trabalhista.

A escolaridade continua influenciando significativamente as condições de trabalho, com níveis mais altos de estudo associados a jornadas mais equilibradas e oportunidades em empregos formalizados, enquanto aqueles com menor escolaridade estão mais suscetíveis a condições de trabalho mais exigentes ou à exclusão do mercado.

Embora este estudo tenha trazido contribuições relevantes, ele se limitou ao escopo da PNAD Contínua e à análise descritiva de uma faixa etária específica. Estudos futuros poderão explorar fatores mais amplos, como o impacto das mudanças econômicas e tecnológicas sobre os jovens, ou ampliar a análise para outras regiões e grupos demográficos. Ainda assim, os achados apresentados aqui têm o potencial de subsidiar iniciativas voltadas ao fortalecimento do desenvolvimento socioeconômico da região Centro-Oeste, reafirmando o papel central da educação e do mercado de trabalho para a juventude.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Brasil em quatro décadas: retropolação da PNAD contínua de 1976 a 2016. *Estud. Econ.*, São Paulo, vol.50 n.3, p.513-534, jul.-set. 2020.
<<https://www.scielo.br/j/ee/a/YQcXMRc5xjPBgPHZztrnKDj/?lang=pt&format=pdf>>
Acessado em 05/09/2024.
- Blanchflower, D. G., & Freeman, R. B. (2000). The declining economic status of young workers in OECD countries. In D. G. Blanchflower & R. B. Freeman (Orgs.), *Youth employment and joblessness in advanced countries* (pp. 19–56). University of Chicago Press.
<http://dx.doi.org/10.7208/9780226056845-002>.
- CERVO, Amado Luiz, BERVIAN, Pedro Alcino. Metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- Folger, J. K. (2016). The job market for college graduates. *The Journal of Higher Education*, 43(3), 203-222
- FREITAS, C. d. Efeitos econômicos das instituições de ensino superior federal: estudo sobre os gastos desencadeados pela universidade federal da fronteira sul no município de Laranjeiras do Sul (PR). 2016. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação), Universidade Federal da Fronteira do Sul, Laranjeiras do Sul, PR, 2016.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva. Um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social capitalista. 4ªed. São Paulo: Cortez, 1993.
- FURTADO, Isabel. Economia Política, Liberalismo e Utilitarismo: as re(ve)lações e os segredos entre emprego e educação. (Tese de Doutorado em Educação). Universidade Federal do Ceará, 2003.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Notas Técnicas. Versão 1.5 Rio de Janeiro, 2018.
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101548_notas_tecnicas.pdf> Acessado em 04/09/2024.
- _____. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). 2023. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 04/09/2024.
- Langoni, Carlos Geraldo. As causas do crescimento econômico do Brasil / Carlos Geraldo Langoni - Rio de Janeiro: Apec, 1974.
- LEME, M. C. S.; W AJNMAN, S. Só estudar, só trabalhar, fazer ambas as coisas ou não fazer nenhuma delas? A decisão de alocação de tempo dos adolescentes brasileiros. In: *Adolescents in Latin America and Caribbean: examining time allocation decisions with cross-country micro-data*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000. Acesso em: 01/09/2024.

Lucas Jr, R. E. (1988). On the mechanics of economic development. *Journal of monetary economics*, 22(1), 3-42.

Panorama do Censo 2022. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/mapas.html?localidade=&tema=1&recorte=N3>>. Acesso em: 02/09/ 2024.

Mankiw, N. G., Romer, D., & Weil, D. N. (1992). A contribution to the empirics of economic growth. *The quarterly journal of economics*, 107(2), 407-437.

Neto, Samarcos., Ramos, Wilson. Educação e renda: um estudo comparativo sobre os retornos de escolaridade no Estado de Goiás e no Distrito Federal. 2013. vi, 43 f., il. Dissertação (Mestrado Profissional em Economia) —Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. Disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>.

Soares, R. R., & Gonzaga, G. (1999). Determinação de salários no Brasil: dualidade ou não linearidade no retorno à educação? *Brazilian Review of Econometrics*, 19(2), 367-404.

SILVA, Nancy de Deus Vieira. Jovens brasileiros: o conflito entre estudo e trabalho e a crise de desemprego. 2001. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) - Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2001. doi:10.11606/T.11.2020.tde-20200111-140511. Acesso em: 05/09/2024.

SCHULTZ, T. W. (1973). *O Capital Humano: Investimentos em Educação e Pesquisa*. Trad. Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

SOUZA, P. H. Poverty, inequality and social policies in Brazil, 1995- 2009. International Policy Centre for Inclusive Growth, Working Paper n. 87, 2012.

Rapini, M. S., Antigo, M., Esperidião, F. (2023). Escolaridade e inserção em setores por intensidade tecnológica: uma análise à partir da PNADC no período de 2012 a 2019. *Textos de Economia*. DOI: 10.5007/2175-8085.2022.e86941. Acesso em: 05/09/2024.

Romer, P. M. (1990). Endogenous technological change. *Journal of political Economy*, 98(5, Part 2), S71-S102

ANEXO A

TABELA 11 - ANOS DE ESTUDO E QUANTIDADE DE TRABALHOS DAS PESSOAS DE 15 A 24 ANOS DA REGIÃO CENTRO-OESTE (2013)

Quantidade de Trabalhos	Anos de Estudo	Frequência	Percentual (%)	Percentual Acumulado (%)
1 (Um trabalho)	0	7.797,62	0,6	0,6
	1	14.717,92	1,14	1,74
	2	1.398,21	0,11	1,85
	3	6.406,00	0,5	2,35
	4	7.745,04	0,6	2,95
	5	23.033,90	1,78	4,73
	6	32.479,65	2,52	7,25
	7	42.447,37	3,29	10,54
	8	62.112,95	4,81	15,35
	9	155.384,73	12,04	27,39
	10	111.330,85	8,63	36,02
	11	110.174,00	8,54	44,56
	12	470.676,70	36,47	81,03
	13	69.104,87	5,35	86,38
	14	52.186,30	4,04	90,42
	15	48.362,69	3,75	94,17
	16	75.214,48	5,83	100
Total		1.290.573,00	100	
2 (Dois trabalhos)	6	114,71	0,64	0,64
	7	216,75	1,21	1,85
	8	675,65	3,77	5,61
	9	3.609,25	20,12	25,73
	10	964,19	5,37	31,11
	11	776,98	4,33	35,44
	12	4.318,80	24,07	59,51

	13	250,82	1,4	60,91
	14	1.339,56	7,47	68,38
	15	2.238,78	12,48	80,86
	16	3.433,73	19,14	100
Total		17.939,21	100	
3 (Três ou mais trabalhos)	16	583,99	100	100
Total		583,99	100	
Não Aplicável	0	16.995,59	1,33	1,33
	1	12.021,67	0,94	2,26
	2	3.805,27	0,3	2,56
	3	6.789,30	0,53	3,09
	4	9.123,70	0,71	3,8
	5	26.552,01	2,07	5,87
	6	50.670,38	3,95	9,83
	7	64.843,66	5,06	14,89
	8	85.273,29	6,65	21,54
	9	216.793,12	16,92	38,46
	10	174.885,49	13,65	52,1
	11	156.607,44	12,22	64,32
	12	292.883,21	22,85	87,17
	13	65.981,23	5,15	92,32
	14	37.426,19	2,92	95,24
	15	30.485,63	2,38	97,62
	16	30.485,89	2,38	100
Total		1.281.623,00	100	

Fonte: Elaborado pela autora, com bases nos dados da PNADC 2013.

ANEXO B

TABELA 12 - ANOS DE ESTUDO E QUANTIDADE DE TRABALHOS DAS PESSOAS DE 15 A 24 ANOS DA REGIÃO CENTRO-OESTE (2023)

Quantidade de Trabalhos	Anos de Estudo	Frequência	Percentual (%)	Percentual Acumulado (%)
1 (Um trabalho)	0	7,117.1614	0.54	0.54
	1	4,695.2176	0.36	0.90
	2	1,147.4882	0.09	0.98
	3	1,147.1214	0.09	1.07
	4	3.868.587	0.03	1.10
	5	4,915.3860	0.37	1.47
	6	14,997.026	1.14	2.61
	7	19,947.222	1.51	4.12
	8	38,910.281	2.95	7.08
	9	91,442.585	6.94	14.01
	10	106,669.42	8.09	22.10
	11	129,696.19	9.84	31.94
	12	590,978.86	44.83	76.78
	13	88,022.557	6.68	83.45
	14	60,072.339	4.56	88.01
	15	49,662.22	3.77	91.78
	16	108,377.21	8.22	100.00
Total		14,257.25		100.00%
2 (Dois trabalhos)	6	1,122.5221	7.87	7.87
	8	6.308.409	4.42	12.30
	9	3.755.045	2.63	14.93
	10	1,226.8971	8.61	23.54
	11	1,105.3358	7.75	31.29
	12	4,566.5927	32.03	63.32

	13	2,044.5631	14.34	77.66
	14	7.688.954	5.39	83.05
	15	1,016.7636	7.13	90.19
	16	1,399.3333	9.81	100.00
Total		14,257.25		100.00%
3 (Três ou mais trabalhos)	10	1.587.870	26.48	26.48
	12	4.409.407	73.52	100.00
Total		599.73		100.00%
Não aplicável	0	15,102.425	1.20	1.20
	1	2,567.8721	0.20	1.41
	2	1,936.3781	0.15	1.56
	3	1,587.5671	0.13	1.69
	4	3,827.5070	0.30	1.99
	5	10,063.140	0.80	2.79
	6	22,032.213	1.75	4.55
	7	33,708.436	2.68	7.23
	8	92,036.742	7.32	14.55
	9	217,011.91	17.27	31.83
	10	216,006.93	17.19	49.02
	11	170,231.90	13.55	62.56
	12	302,577.46	24.08	86.65
	13	60,060.309	4.78	91.43
	14	38,574.314	3.07	94.50
	15	32,342.354	2.57	97.07
	16	36,810.277	2.93	100.00
Total		1,256,478		100.00%

Fonte: Elaborado pela autora, com bases nos dados da PNADC 2023.